

EM DEFESA DA DEMOCRACIA

Como na luta contra a ditadura, a construção da frente democrática liderada agora por Lula e Alckmin se impõe na agenda política para derrotar o atraso e o retrocesso representados pela candidatura de Jair Bolsonaro



Foto: Ricardo Stuckert

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 11 de Abril de 2022 Nº 53

Governo consegue a maior alta da inflação em 24 anos
Xico Sá: Brasil não aguenta mais quatro anos no inferno
PT salvou economia: aumento do salário mínimo
Indicado para a Petrobrás cai por "conflito de interesse"
60 anos da estreia de Dylan. E sua temporada argentina



focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor-Chefe: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo, Danilo

Molina, Isaías Dalle, Nathalie Nascimento,

Pedro Camarão e Ricardo Stuckert



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Geraldo Magela e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur

Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana,

Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto,

Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro,

Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo,

Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de

Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,

Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,

Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário), Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas (Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres), Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

NESTA EDIÇÃO

LULA E ALCKMIN: NOVO CICLO NA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Aliança do ex-presidente e do ex-governador é o início da consolidação da frente democrática que vai impor uma derrota nas urnas ao projeto neofascista de Bolsonaro.

Página 12



Ricardo Stuckert

EDITORIAL. Frente ampla para reconstruir o Brasil e superar o autoritarismo

Página 4

ENTREVISTA. Xico Sá diz que a esquerda não pode ter medo de fazer aliança agora

Página 6

REPERCUSSÃO. Imprensa estrangeira acompanha aliança de Lula e ex-rival

Página 13

PESQUISA. Lula mantém liderança folgada na preferência do eleitorado

Página 14

INFLAÇÃO. Descontrole da economia é total, com a maior alta em 28 anos

Página 16

CONCLAT. Centrais querem pauta unificada para a campanha eleitoral

Página 18

DIÁLOGO. Ex-presidente tem encontro com líder da social-democracia alemã

Página 20

LUTO. Morre o jurista Dalmo Dallari, defensor dos direitos humanos

Página 21

CORRUPÇÃO. Explodem na mídia novas denúncias de irregularidades no MEC

Página 21

PETROBRÁS. Lobista desiste, mas Planalto diz que vai vender a estatal

Página 22

ALERTA. Desmonte ameaça o país, com nova alta de combustíveis e alimentos

Página 24

ELETROBRÁS. Venda da estatal fere a soberania brasileira e é intolerável

Página 26

EDUCAÇÃO. NAPP defende debate amplo sobre o futuro do ensino público nacional

Página 28

ECONOMIA. Como o PT salvou o Brasil? Aumento real do salário mínimo

Página 30

TRABALHO. A reforma espanhola mostra que é possível promover pactos

Página 34

MEMÓRIA. A invasão da UNB em 1964 e a morte de Zuzu Angel, em 1976

Páginas 36 e 37

CULTURA. Os 60 anos da estreia de Dylan. E a poesia que o vê na Argentina

Página 40

TRIBUTO. A morte de Lygia Fagundes Telles, uma das gigantes da nossa literatura

Página 42



DEMOCRACIA E RECONSTRUÇÃO

Aloizio Mercadante

Não será só uma nova eleição. É muito mais. O país se aproxima de uma encruzilhada histórica entre a democracia e a reconstrução ou o retrocesso e o autoritarismo golpista.

A consolidação das alianças entre PT, PCdoB, PV, PSOL, REDE, Solidariedade e PSB para as eleições presidenciais de 2022 pavimenta a construção

de uma frente democrática. O que faz esses partidos, com lideranças e programas distintos, caminharem juntos são as mesmas razões que nos fizeram estar do mesmo lado na luta democrática de enfrentamento a ditadura militar.

Durante o regime de opressão, a oposição democrática, com todas as suas diferenças e divergências, se concentrava dentro do antigo MDB. E, ao longo da luta pela redemocratização, permaneceu unida no

movimento das “Diretas Já” e na reconstrução do Estado Democrático de Direito.

Nas eleições deste ano, Bolsonaro se apresenta novamente como o candidato do autoritarismo, do negacionismo, da violência, da milícia e dos valores anticivilizatórios. Está cercado por militares e por uma ala ideológica fundamentalista, que segue tensionando, testando e ameaçando a democracia.

Todos sabem que o levantamento de falsas suspeitas sobre

a segurança das urnas eletrônicas, que o ataque ao Judiciário e ao Congresso Nacional, e que as agressões contra a liberdade de imprensa, são parte de uma tentação golpista latente. Ele deverá aumentar a pressão para questionar o resultado das eleições.

Nunca é demais lembrar que Bolsonaro mesmo deixou explícita essa estratégia com o desfile militar na votação da emenda que revogava as urnas eletrônicas. E, no último 7 de setembro, tentou mobilizar a tropa de choque, associada a uma tentativa explícita de paralisação dos caminhoneiros e estímulos a um levante das polícias militares. É uma manobra preparatória para uma provável derrota eleitoral e questionamento dos resultados.

Apesar de ter entregado o governo ao Centrão e ao fisiologismo, com o orçamento secreto, que é o verdadeiro fundo eleitoral de sua candidatura, Bolsonaro segue como animador de sua base social contra a democracia e contra as instituições do país. Resta evidente que o presidente segue o mesmo roteiro golpista da sua grande referência política, o ex-presidente Donald Trump, que pressionou a democracia norte-americana a ponto de culminar na invasão do Capitólio, em janeiro de 2021. Até hoje, uma parcela do eleitorado de Trump acreditar que ele venceu Joe Biden.

Essa escalada autoritária nos recoloca diante dos mesmos desafios que nos uniram no enfrentamento da ditadura. Estivemos juntos na luta contra a ditadura e precisamos voltar para uma grande frente democrática, como é o simbolismo do encontro entre Lula e Alckmin. Ambos têm desprendimento, espírito público e profunda convicção. Sabem dos riscos que a democracia está cor-

rendo. Este é o verdadeiro lastro da aliança.

Agora, precisamos avançar na construção em torno de um programa de governo, que tenha como ponto de partida o Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil, com a definição de ideias-força e de propostos de impacto para a campanha.

Reconstruir um país que está com a maior inflação dos últimos 28 anos, com a carestia e a fome se alastrando nas periferias, com recorde de endividamento e inadimplência, sem crescimento

COMO NA ÉPOCA DA DITADURA, OS DEMOCRATAS SE UNEM PARA LUTAR CONTRA O ATRASO E O RETROCESSO. É ESTE O ESPÍRITO DA ALIANÇA DE LULA E ALCKMIN

econômico e gigantesco desemprego e precarização do mundo do trabalho.

O país vive um retrocesso sem precedente histórico no MEC e na educação. Profissionais do SUS têm que lutar contra o negacionismo e a sabotagem do governo. Ao mesmo tempo, há um esforço dos que acreditam na medicina para enfrentar a covid. Fora a cultura, completamente abandonada, e que vive agora sua maior

crise. Sem falar no desmatamento e nas queimadas na Amazônia. Tudo isso gera uma onda de indignação, inclusive internacional.

A retirada da candidatura de Sergio Moro, que representava a antipolítica, o lawfare e a perseguição judicial, facilita o distensionamento com a chamada terceira via, que segue sem perspectiva eleitoral, mas que, apesar das profundas divergências programáticas, pode ser importante em um eventual segundo turno das eleições.

A vinda de Geraldo Alckmin, que liderava as pesquisas para o governo de São Paulo, para a chapa de Lula é uma conquista importante e estratégica. Além de contribuir com a diminuição da rejeição, especialmente no interior de São Paulo, no Sul e no Sudeste, abre-se uma janela de oportunidades para mudar a correlação de forças com a eleição de Fernando Haddad, líder portador de futuro para o PT, em São Paulo.

Todo esse esforço de construção deve ser acompanhado da organização da militância e dos comitês de luta em todo o país. Nossos militantes precisam estar orientados e preparados para os enormes desafios de uma campanha dura e polarizada. E, claro, para o enfrentamento político do bolsonarismo nas redes e nas ruas.

A democracia como valor universal é o que nos fez estar juntos no passado. E é o que nos faz voltar a caminhar novamente lado a lado. Liderados por Lula, seremos capazes de reconstruir o Brasil, enfrentar os desafios da fome, da desigualdade, do desemprego e da volta da miséria, recuperar um Estado que estimule o investimento privado e garantir o direito de todos a políticas públicas essenciais para o pleno exercício da cidadania. •

“NÃO É HORA DE PICUINHA. É DEMOCRACIA, OU NÃO”

O jornalista e escritor mais irreverente de sua geração faz um balanço triste do Brasil pós-golpe, mas se mantém esperançoso de que o pior vai ficar para trás com a eleição de outubro. “A gente tem uma obrigação moral, cívica, democrática como nunca tivemos que é ganhar a eleição com a aliança possível”, defende

Pedro Camarão, Alberto Cantalice e Olímpio Cruz Neto

Xico Sá é um jornalista que fala o que pensa de forma direta, sem rodeios. Justamente por esse motivo, acredita que tem perdido espaço para falar durante o governo Bolsonaro. “Quem não fez o joguinho da mídia de bater isoladamente e depois assoprar, foi perdendo espaço”, constata.

Xico é Francisco Reginaldo de Sá Menezes, cearense nascido no Crato, que começou a carreira de jornalista no Recife e seguiu para São Paulo nos anos 1990. Escritor de sucesso, comentarista esportivo, cronista, ele se declara eterno repórter. Cobre a política nacional desde a Assembleia Constituinte.

E daí não ter dúvida em apontar que o país vive hoje o seu pior momento.

Crítico de visão acurada sobre a realidade brasileira, Xico é capaz de enumerar “as muitas bizarrices da política brasileira”, mas nenhuma se assemelha ao que é o governo Bolsonaro nem como ele prejudica o país e inviabiliza o país.

O veterano jornalista diz que derrotar Bolsonaro em 2022 é a grande missão de todos os democratas. E diz não apenas ser favorável à formação de uma frente ampla, mas estabelecer alianças as mais amplas possíveis. “Estamos no inferno. Mais quatro anos de Jair Bolsonaro acabariam completamente com o Brasil”, alerta.

Ele avalia que a censura imposta pelo fascismo bolsonarista fez com que a classe artística apren-

desse na pele a importância da política e a se posicionar. Por isso, tantos artistas agora estão abertamente contra Jair Bolsonaro. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Focus Brasil – O governo Bolsonaro parece estar chegando ao fim, para o nosso alívio. O que você pode falar sobre esse período tão impressionante da história?

– Que anos malucos, meu velho... Primeiro, tomara que a sua premissa esteja correta. Tomara que seja realmente o fim. Ontem, eu fui no lançamento de uma revista chamada Olympio...

– De um pessoal lá de Minas Gerais...

– E o Milton Hatoum fez uma fala



Divulgação

e foi muito parecida com essa premissa. Só que vez por outra “batia” um pânico e ele dizia “porque eu não sei o que será de nós, principalmente os mais velhos, com quatro anos a mais disso”. Seria o apocalipse, o fim do mundo. Espero que estejamos realmente caminhando para o fim dessa história. É um período, mesmo dentro de toda a bizarrice da política brasileira, como um museu de absurdos. Como repórter, cidadão e todas as minhas possibilidades de existências, eu nunca vi nada que se comparasse, mesmo você pegando o pior de cada época... Isso eu estou falando com a visão de um repórter que acompanha a política brasileira profissionalmente desde a Constituinte. Da redemocratização para cá, não temos... Mesmo nos piores momentos, caso, por exemplo, do governo Collor, de toda aquela crise nacional, mesmo assim eu acho que nada se compara a este período.

– **Nem na ditadura militar, nenhum presidente, nenhum ministro, falaria as loucuras que os porta-vozes do governo Bolsonaro, incluindo o próprio, fazem. Esses impropérios, essa maluquice de elogiar a cobra que estava com a Miriam Leitão... Estamos no reino do inominável. Nunca houve algo assim, com os fascistas tão descarados dessa maneira?**

– Sim, perfeito. E os exemplos são diários. Por não serem mais causadores de espanto, a gente já caiu numa rotina. Mas você pega os casos de censura, boicotes, cancelamentos de financiamentos públicos ao cinema – são milhões –, shows... Então, é uma operação que vai nos custar muito caro. São quatro anos de censura que sequer ganhou esse nome porque de tão comum, banalizou-se e não é mais manchete. Cancelaram exposições, vetaram financiamento de filmes...

E, já esticando para o campo da ciência, inviabilizou-se projeto de pesquisa... Isso não é mais notícia. O que fizeram com o CNPq, com todos esses órgãos... Eu acho que a nossa maior incapacidade como jornalistas, no momento, é não conseguir continuar tornando isso manchete.

– **Por quê?**

– Porque o festival de absurdos engoliu isso ao ponto de que se eu for vender como repórter uma censura de uma exposição, o editor vai dizer: “Pô, tá louco, cara”. É preciso de coisas muito mais graves para negociar uma manchete com meu chefe de reportagem. Este governo e os bolsonaristas conseguiram tornar isso tão banal com o mesmo método da ditadura militar. Virou banal e saiu das manchetes. O absurdo tem que ser 10 mil vezes superior para ser notícia. São quase quatro anos até agora, como nunca vistos.

– **Gostaria de lhe perguntar sobre a atuação da grande imprensa no debate político. A imprensa esclarece ou mais atrapalha o debate político no Brasil?**

– A imprensa cometeu o gravíssimo erro de normalizar o bolsonarismo desde a campanha [de 2018]. Acho que passou na cabeça de todas as direções de jornais o seguinte: “Olha, estamos diante de um acontecimento normal, democrático, eleição, e vamos tratar todos com a devida igualdade e etc...”. Desconsideraram todo aquele festival de absurdos do bolsonarismo. Então, Bolsonaro passa a eleição toda sendo tratado como um democrata, sendo normalizado. Em momento algum você teve sequer 10% de investigações do que se fez, por exemplo, na primeira eleição pós-ditadura para presidente da República, em 1989. Não se fez investigação nenhuma. Não teve investimento de imprensa em tratar o Bolsonaro como aquele resquício autoritário que poderia dar nessa merda toda que deu.

Houve uma tremenda normalização, que foi ampliada quando veio o Paulo Guedes com toda a sua cartilha ultra-neoliberal. Acho que aí o Bolsonaro ganhou uma licença premium de toda a imprensa, ele passa a ser tratado com tapete vermelho. [Gargalhadas] Vermelho não, no caso dele é outra cor... Mas o fato é que ele passa a ser tratado com toda a distinção e normalidade. Faz-se uma cobertura do governo Bolsonaro falando sobre “ala militar”, “ala técnica” e não sei o quê, com uma seriedade como se estivessem tratando o maior democrata do mundo. Eu acho que esse erro da normalização segue em voga. E, vez por outra, passa por um susto. Como é o caso agora com um dos filhos que fez essa apologia à tortura no caso da Miriam Leitão. É um absurdo. Nesses momentos de pico, quando o absurdo vai para um nível

sem limite, é que toda a imprensa passa a viver, novamente, um “susto”. Mas o tratamento é muito nobre, não se cobre o governo Bolsonaro como se deve.

– **E isso em todas as áreas...**

– Sabe, tem esses casos todos e basta você pegar o Ministério da Cultura, ali você tem um ninho de coisa ruim que é impensável. E a imprensa cobriu isso tudo, até agora, ainda de forma muito superficial. Desde aquele cara da Cultura [Roberto Alvim] que fez

A IMPRENSA COMETEU O GRAVÍSSIMO ERRO DE NORMALIZAR O BOLSONARISMO DESDE A CAMPANHA. COMO SE ELE FOSSE UM DEMOCRATA

aquele culto nazista... Fomos, enquanto imprensa no geral, dando [esse tipo de caso como] pequenos acontecimentos. Em hora nenhuma teve uma parada para se levar muito a sério, como deveria ter ocorrido. Tanto que, mal ou bem, Bolsonaro vai se arrastar até o dia da eleição ainda muito forte.

– **É curioso porque você falou dessa coisa da tortura da Miriam Leitão, mas quando o Bolsonaro falou aquele impropério no dia do impeachment da Dilma, que**

votava em homenagem a Carlos Alberto Brilhante Ustra – “o terror de Dilma Rousseff –, e ainda falou rindo, com exceção da imprensa estrangeira e de alguns veículos, como por exemplo, o El País Brasil [que deixou de existir], o resto da mídia não ficou horrorizada.

– Não, não... Ficou dentro da “festa democrática”. Seguiram comemorando a queda da Dilma. Isso não atrapalhou nenhum segundo. Não foi nem um box na capa ressaltando aquele absurdo. Nada. Passou batido dentro da “festa” pela derrubada da Dilma. Isso não deu nem a ideia de um “susto”. Isso é que é um absurdo. Essa normalização é que foi nos trazendo até essa história que a gente vê hoje muito explícita.

– **Quanto você sente que o Brasil piorou? O que te deixou mais perplexo?**

– Foi tudo. Acho que profissionalmente teve um abalo direto porque eu e infinitas pessoas perdemos trabalhos, espaços de fala, deixamos de publicar livros, de fazer filmes, roteiros... Acho que temos um prejuízo que ainda não dá para dimensionar o tamanho. Mas, se você consultar, nove em cada dez artistas do Brasil, ou jornalistas que estavam na área editorial, ou metidos em outras coisas que não fosse o jornalismo de redação, todos nós perdemos muito. Não sei como chamar, mas é uma espécie de censura, cancelamento, inviabilização... Todos nós perdemos muito, logo de cara. Esse talvez tenha sido o meu primeiro susto. Acho que por conta dos meus posicionamentos públicos explícitos, em momento algum normalizando esse tipo de governo, começa a notar que está perdendo coisa, palestras, eventos que se fazia em empresas ou em instituições públicas... Eu acho que todo mundo que se expôs e não ficou fazendo o “joguinho” da mídia de dar uma

“porrada” isolada aqui, e depois assoprar e ainda normalizar de novo, acho que todo mundo que se posicionou mais explicitamente sofreu isso de cara. Pode-se questionar que esses são prejuízos particulares, mas não são. Eu acho que é de uma coletividade enorme, da produção cultural do Brasil, editorial, cinematográfica, musical... É uma imensidão que a gente ainda não fez a conta, não dimensionou o tamanho desses prejuízos, dos filmes que não saíram, das músicas que não foram editadas, dos livros e etc. Existe um buraco aí, um prejuízo para o país equivalente à censura da época da ditadura. E o prejuízo é maior porque você não terá, pelo menos na história imediata, isso como um “listão” da censura ou “listão” de coisas que foram proibidas. Isso vai ficar na conta da economia, do debate ideológico, não vai ficar como um grande prejuízo artístico e cultural do país. Então, o primeiro baque que eu senti foi esse.

– A democracia corroída aos poucos.

– Sim. Tem a qualidade da democracia também... A democracia fica precária, passa a ter todas as defesas enfraquecidas, em todas as causas. Seja dos direitos humanos ou na causa indígena. Em todos os segmentos, existe um enfraquecimento da democracia. Isso foi feito muito, na prática. Esse não é um comentário ideológico. Se você for pegar instituições, entidades, que eram financiadas por dinheiro público, seja lá no semi-árido de Pernambuco... Pega uma entidade que cuidava da política de convivência com o semi-árido, essa entidade por ser acusada de ligação com a esquerda, com o “comunismo” ou o que quer que seja, ela foi alijada de financiamento público e saiu do jogo. Na esteira disso, você pode ver exemplos semelhantes em qualquer parte do Brasil, como na Amazônia, com

entidades de proteção aos indígenas. Existem exemplos muito nítidos por todo o Brasil de enfraquecimento da democracia.

– O paralelo é correto e é mais grave agora porque na ditadura, por exemplo, mesmo com a censura e com todo o tipo de perseguição aos dissidentes políticos, a Embrafilme produziu filmes como “Pra Frente Brasil”. Você tem razão quando diz que o nível de perseguição era outro. E gostaria de aproveitar para

A PRIMEIRA GRANDE VÍTIMA DESTE FOVERMO FOI O PROFESSOR, A PROFESSORA, A ESCOLA, A SALA DE AULA. A PRIMEIRA FOI A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Ihe perguntar exatamente isso, a guerra desencadeada pelo Bolsonaro na cultura. Gostaria que você comentasse um pouco sobre isso.

– Eu acho que a primeira grande vítima foi o professor, a professora, a escola, a sala de aula. O primeiro grande alvo, a primeira grande perseguição, quem sofreu nem foram os artistas. É uma coisa que vem da campanha, da “escola sem partido”. Desde o início do governo Bolsonaro, tivemos pro-

fessores sendo filmados, sendo execrados... Qualquer livro que não fosse religioso, mas fosse indicado para leitura, o professor tinha seu nome exposto em rede social como se fosse um “comunista”, um “imoral” ou um “indecente”. Então, acho que a primeira grande perseguição quem sofreu foi o pessoal da escola.

Depois, o governo pegou pesado nos artistas, mas num segundo momento. Foi quando entrou tudo isso o que eles chamam de guerra cultural. Todos os mecanismos de financiamento foram desmantelados e, não só isso, os equipamentos também. Nesse pacote, temos a Cinemateca, deixada tão às moscas que enferruja, filmes são perdidos, tem aquele incêndio... Isso é para dar o exemplo de um equipamento que sofreu esse tipo de coisa. Então, você tem um desmantelamento geral. É uma política deles, bem-sucedida, de frear, de acabar com qualquer financiamento. O cinema é um exemplo. Na ditadura, tínhamos o Glauber Rocha num diálogo maluco com o [Ernesto] Geisel, até as polêmicas com os artistas eram em outro nível. Veja, estou comparando com a fase carniceira da ditadura. Então, é muito maluco o que a gente viveu nesse campo.

– É assustador...

– Na campanha, tivemos todos esses sintomas. Quando eu falo na escola e nos artistas, você pega aquele evento, por exemplo, do Santander em Porto Alegre, da exposição que foi censurada. Naquela exposição, havia os dois mundos, a visita das escolas e os artistas. Ali, foi um anúncio muito explícito do que viria na prática. E veio e veio forte. Não é uma viagem teórica minha ou de qualquer diretor de cinema ou escritor que esteja desgostoso com o que aconteceu. A verdade é que os caras brecharam qualquer política pública para o setor cultural.

– Qual é a sua perspectiva sobre o futuro do país? Você viu a ascensão, a esperança daquele país do futuro se concretizando e acabamos neste buraco.

– Está sendo muito triste ver tudo isso. Eu tive filho de maneira tardia, agora há cinco anos, justamente nessa hora, pô [fala rindo, mas em tom de lamento]. É tudo muito triste. Diante do que a gente passa hoje, antes nós achávamos que era apenas uma melhora do país, mas na verdade foi um belo de um sonho que vivemos do primeiro governo Lula por diante. Vivemos até um certo alívio, pelo menos na discussão democrática com o Fernando Henrique [Cardoso]. Então, uma certa civilização, digamos assim. E nos deparamos com isso agora. Dá uma ideia muito triste. Quem tem mais de 50 anos, eu acho que tem aquela ideia: “Pô, vamos ter que refazer, vai ser uma mão de obra ‘danada’ para reconstruir”. Mas diante de toda a desgraça, estou animado no sentido da reconstrução mesmo. E aí entra o cidadão, o pai, o jornalista. Eu acho que a Irene [filha de Xico] viveu inocentemente essa barra pesada do pós-Golpe para cá e eu vivo hoje essa ideia animadora de reconstrução.

O drama agora é ganhar a eleição e depois ter todo o embate. Acho que a esquerda vai viver uma disputa por espaço, vamos ter uma cobrança grande, mas eu quero que haja um belo embate nessa reorganização para refazer o país. Tem toda essa rede de proteção social e de direitos humanos que vai precisar ser reconstruída. E vamos ter uma disputa por espaço, quem vai ter mais espaço, menos espaço. Tudo isso é discussão para o próximo ano, para começo de mandato. Até agora, a gente tem uma obrigação moral, cívica, democrática como nunca tivemos que é ganhar a eleição com a aliança possível. Eu acho que a aliança deve ser até no limite do

democrata – “Ah, você é democrata? Vamos então ganhar a eleição”.

Vamos sair do inferno e quando a gente subir ali o primeiro degrau do purgatório, a gente começa a discutir com organizações não governamentais, com toda essa rede democrática – sindicatos, associações – com toda essa rede que nos deu a ilusão de um grande país que a gente estava construindo. Eu acho que o “quebra-pau” é depois. Em 2023, a esquerda quebra o pau lindamente e vê o rumo do tipo de reconstrução que vai ser

PARA CITAR O POETA MARCELO MÁRIO DE MELO, VAMOS FAZER ALIANÇA ATÉ DOER UM POUQUINHO. MESMO DOENDO UM POUQUINHO, A GENTE FAZ

feito. Mas até outubro, acho que há um grande compromisso com juntar os democratas e as democratas e ganhar a eleição. Eu nunca pensei que uma eleição fosse tão importante como essa agora porque não é uma eleição normal, é quase um ato de exorcismo. É uma coisa religiosa, nesse sentido. É um plebiscito, democrata ou não democrata. Não tem conversinha, o resto é gourmetização. É muito sério o que a gente está passando para ficar gastando com picuinha. Não é hora de picuinha.

– Vi nas redes sociais você defendendo a ampla aliança, inclusive a união com o Alckmin. Você já disse que continua achando o Bolsonaro muito forte. Então, gostaria que você destrinchasse. Por que você é um entusiasta dessa aliança ampla?

– Olha que eu já fui cheio de frescura para alianças em outros pleitos. Eu sempre fui: “Ah, não, mas esse cara não porque ele aprontou isso, fez aquilo...” Mas o cenário, essas pesquisas ainda com o Bolsonaro beirando a casa dos 30%, essa engrenagem que ele fez agora com o Valdemar Costa Neto, o Centrão, pesadíssima... Não podemos desconsiderar que é o cara que tem a máquina, o cofre. Num ano eleitoral, no Brasil, é uma coisa que conta muito, historicamente. Por conta de tudo isso, e desse cenário fascista, não é brincadeira, não é pra gente ter a frescura que tivemos. Já foi um luxo ter muita frescura em relação a alianças em eleições passadas. Foi justo. Mas esse ano é pra deixar de lado, juntar democrata e ganhar a eleição. Depois quebra o pau dentro da esquerda, da direita, em todos os setores democráticos, por espaço. Acho que isso tudo é uma linda quebraadeira para depois da eleição. Nessa, a gente não pode se dar ao luxo de recusar um apoio de um democrata. Mais quatro anos essa desgraça, porra, tenho dó dos nossos filhos. Eu acho que eles não merecem uma largada de formação com isso. O risco é muito grande. Vamos guardar a briga entre nós para logo mais. A gente é bom de briga e vai brigar muito por espaço, pelo tamanho de cada um na reconstrução. Agora, temos que apostar na solução democrática. Temos que fazer como o poeta e escritor pernambucano Marcelo Mário de Melo. Ele foi torturado, sofreu para cacete na ditadura. E define a aliança de agora da seguinte forma: “Vamos fazer uma aliança até doer um pouqui-

inho. Mesmo doendo um pouquinho a gente faz". Então, o limite agora é até doer e depois vemos o que fazemos quando estivermos livres dessa praga que está aí.

– Como a história tratará Sérgio Moro e Deltan Dallagnol?

– Na mais otimista das previsões, eu não imaginava que seria tão rápido. Eu achava que a credibilidade deles, tendo como avalistas toda a mídia hereditária dos grandes jornais... Porque era muito forte a sustentação deles. Você tinha um Jornal Nacional abrindo aquela imagem daquele duto soltando dinheiro todos os dias às oito da noite, para todas as famílias brasileiras, durante anos e anos e anos. É quase uma corrente religiosa, não é nem uma questão de Judiciário ou de mídia. É quase uma seita pesada. Teve isso entrando em casa quase que como um culto diário durante anos. Então, bendito seja o hacker, que ganhe o reino dos céus... No mínimo, a gente teria que estar discutindo durante a eleição a credibilidade deles ainda em alto nível. Então, quando eu digo bendito hacker é nesse sentido. Bendita Vaza Jato que nos trouxe todos aqueles diálogos escabrosos revelando que aquilo não é Justiça, não é Ministério Público. Foi um grande conluio.

– **Bolsonaro conseguiu uma coisa que há muito tempo não se via. O último momento em que a gente viveu uma efervescência em que artistas colocaram a cara à tapa foi na campanha de 1989. E agora, a gente tem de novo isso, com gerações variadas. Como vê esse envolvimento dos artistas?**

– Acho que toda a classe artística aprendeu. Quem não sabia ou dizia – “ah, eu não misturo a minha música com política... não misturo meu show, meu cinema, eu faço uma literatura solene que não se mistura com o dia-a-dia” –, quem pensava no artista distante disso

tudo aprendeu agora, definitivamente. Eu acho que não é só por bondade que toda a classe artística está aí. É porque aprendeu. Sofreu as consequências pesadas. Tivemos uma pedagogia agora do que é política, do que ela pode e do efeito dela em qualquer segmento, como nunca tinha ocorrido. Mesmo muitos artistas que não estiveram com a esquerda em 2018, que estavam do outro lado – são bem-vindos nessa hora –, sentiram o que é a ideia de uma política fascista. Eles

O APOIO MAJORITÁRIO DOS NORDESTINOS À CANDIDATURA DO LULA É PURA MEMÓRIA. TODA FAMÍLIA TEM UM MAR DE HISTÓRIAS PARA CONTAR

sentiram para valer. Mas, realmente, você pega as imagens, elas lembram muito o segundo turno de 1989. Mas eu creio que de forma mais politizada dessa vez porque cada um dos artistas sabe 10 exemplos do que é seguir com o Bolsonaro daqui por diante.

– **E a rejeição nordestina ao bolsonarismo. É herança do Lula?**

– Cara, é impressionante. Eu acho que isso ajudou até... Tem sempre uma discussão sobre o que seria o Nordeste, se há uma identidade

entre os nove estados, o que seria essa ideia de ser nordestino, de nordestinidade. É louco porque se a gente não tinha um traço que unisse os nove estados, a gente teve com Lula para cá, que é essa escolha muito bem definida e já de cara pelas candidaturas da esquerda, a partir dos governos do PT. E o mais interessante é que ela passa por todas as classes sociais, desde o cara do semiárido até uma classe média metropolitana mais metida à besta. Podemos dizer que essa predileção pela esquerda é um traço comum entre todos os estados nordestinos. É muito por conta do legado, da história, porque qualquer família tem uma grande história para contar. Na minha família, só eu havia entrado na universidade dentro de uma família entre “milhões” de primos. Foi no governo Lula, que a primeira pessoa da minha família, depois de mim, entrou na universidade. Em outras famílias, foram as primeiras pessoas. As histórias são muito concretas. O cara da bodega que passou a vender mais, até o desconfiado que achava que Bolsa Família era esmola. Ele viu que aquilo em alguns lugares era, na prática, a invenção do capitalismo. Eu tenho um tio, bodegueiro num lugar chamado Sítio das Cobras, em Santana do Cariri, lá no Sul do Ceará. Nesse lugar, vivia-se ainda de um certo escambo, de troca de um dia de trabalho por uma mercadoria. Ou de uma mercadoria por outra... E com o pouco dinheiro que foi com os programas sociais, tivemos na prática a invenção do capitalismo nos anos 2000. Tudo aquilo que o cinismo de uma certa classe média da metrópole achava que era esmola vira, praticamente, a invenção do capitalismo em alguns lugares. Eu acho que esse apoio majoritário dos nordestinos à candidatura do Lula é pura memória. Pura memória. Toda família tem um mar de histórias para contar sobre isso. •



“RECONSTRUIR O BRASIL”

Lula saúda a indicação de Geraldo Alckmin pelo PSB para compor a chapa presidencial que vai derrotar Bolsonaro e a extrema-direita nas urnas e retomar o caminho do desenvolvimento com justiça social. “A hora é de somar”

A grande frente democrática contra as forças do atraso e do neofascismo ultraliberal começou a se materializar na sexta-feira, 8 de abril. Na cerimônia de apresentação do ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin como nome do PSB para compor a vice na chapa de Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República, os dois aliados ressaltaram a necessidade histórica de união das forças progressistas para fazer frente ao momento político que o Brasil vive. Lula e Alckmin reforçaram o

compromisso com a democracia e a reconstrução do Brasil.

Lula disse ter certeza que o nome do ex-governador será aprovado pelo PT e que a união dos dois líderes políticos é uma demonstração de que é possível projetos políticos diferentes, mas com os mesmos princípios, se unirem para o bem comum e o interesse na reconstrução do Brasil. “O selamento desse acordo, dessa proposta, é uma demonstração do esforço na perspectiva de construir o melhor da política brasileira para que a gente possa ganhar essas eleições de 2022”, saudou.

“Eu queria estabelecer um critério de relação com Alckmin. Daqui para frente você não me trata como ex-presidente e eu não te trato como ex-governador. Você me chama de companheiro Lula e eu chamo você de companheiro Alckmin”, brincou Lula. Ele agradeceu o PSB pela indicação. E acrescentou que, nos tempos em que estiveram em lados opostos, a disputa era civilizada e harmoniosa. Muito diferente da política feita por Jair Bolsonaro. “Hoje isso não é possível, porque não está estabelecida na disputa a polarização civilizada”, afirmou.

Assim que a chapa for formalizada, disse Lula, o PSB será convidado a ajudar a construir o plano de governo. O ex-presidente repetiu que, num eventual novo governo, vai administrar o Brasil para todos, mas priorizando os mais necessitados. “Nós vamos conversar com toda a sociedade brasileira, com grandes empresários, com médios, pequenos e microempresários, e com o povo trabalhador. Vamos tratar com o mesmo respeito o catador de papel que está na rua e o maior empresário desse país, o trabalhador sem-terra e os grandes fazendeiros. Queremos governar para todos, mas o nosso coração estará voltado para os que mais necessitam”, ressaltou.

Lula disse que, juntos, ele e Alckmin farão das experiências um instrumento para recuperar o Brasil e recuperar os direitos do povo. “O povo quer ter o direito de morar, o povo quer ter direito de estudar, o povo quer lazer, água limpa, usufruir daquilo que ele produz”, comentou. “É só ler a Constituição, a Bíblia e a Declaração Universal dos Direitos Humanos que vocês vão ver que tudo isso está garantido, mas o povo não tem”. Ele declarou que ganhar as eleições talvez seja mais fácil do que recuperar o país.

Alckmin agradeceu a confiança do PSB e disse que o momento não é de egoísmo, mas de grandeza política para a reconstrução do Brasil. Segundo o ex-governador de São Paulo, a política não é arte solitária, mas a soma de esforços pelo país. Alckmin disse que o atual governante hoje que ataca o próprio Estado de Direito. Ele alertou que o país vive uma autocracia cujo resultado é a maior crise das últimas décadas, com violência, fome e desemprego.

“Eu que entrei na vida pública, presidente Lula, como o senhor, para redemocratizar o Brasil, vemos hoje um governo que atenta contra a democracia e contra

as instituições”, afirmou. Alckmin ressaltou que chega para somar esforços a fim de gerar emprego, renda, combater a carestia e trabalhar para que os brasileiros tenham dias melhores. “Chega de sofrimento para o povo do Brasil”, declarou. “É com esperança, com entusiasmo e com amor que vamos colocar nosso nome à disposição para que a gente trabalhe pelo Brasil. É com honra e entusiasmo”.

Na carta de apresentação do nome de Alckmin, endereçada à presidenta do PT, Gleisi Hoffmann, o presidente do PSB, Carlos Siqueira, disse que o Brasil vive o momento mais difícil do período da redemocratização e que, para fazer frente às ameaças concretas e objetivas que o momento apresenta, se restabelece uma parceria antiga entre os dois partidos.

“Não temos qualquer dúvida de que é o companheiro Lula quem reúne as melhores condições para articular forças políticas amplas, capazes de dar à resistência democrática a envergadura que permitirá enfrentar e vencer o bolsonarismo. Para somar potência e amplitude à resistência contra o autoritarismo que será liderada pelo companheiro Lula, o PSB propõe para compor a chapa o nome do companheiro Alckmin”, diz Siqueira, na carta ao PT. “Suas qualidades são conhecidas e reconhecidas, dentre as quais cabe destacar uma vida pública longa e honrada, a perseverança na defesa da democracia e das práticas que lhe correspondem, o equilíbrio daqueles que acreditam no diálogo entre diferentes, a tranquilidade dos que almejam o bem público”.

A presidenta do PT saudou a aliança: “Recebemos com alegria e carinho a indicação do PSB. Como disse Alckmin, quando se filiou ao partido, todos temos lealdade com o futuro do país. É isso que nos leva a esse movimento”. •

ALIANÇA REPERCUTE FORA DO PAÍS

A apresentação formal do nome de Geraldo Alckmin, ex-governador de São Paulo, para compor a chapa liderada por Lula nas eleições presidenciais de outubro ganhou repercussão internacional. A agência Reuters noticiou no início da tarde de sexta a aliança entre os dois líderes políticos, que no passado foram adversários.

Lula trabalhou por meses para completar sua chapa com Alckmin, um veterano político de centro-direita que deve aliviar as preocupações dos interesses empresariais sobre o retorno de um governo de esquerda. “O fechamento deste acordo com Alckmin é uma demonstração do esforço em construir o que há de melhor na política brasileira para que possamos vencer as eleições de 2022”, comentou o ex-presidente.

A agência espanhola EFE também repercutiu o anúncio: Lula e seu antigo rival dão o primeiro passo para selar sua aliança eleitoral. “A menos de seis meses das eleições, os dois políticos se reuniram em um hotel em São Paulo para tecer a fórmula com a qual provavelmente irão às eleições para enfrentar o atual presidente, Jair Bolsonaro”, informa.

O despacho da Associated Press – Lula escolhe ex-rival como candidato a vice – teve ampla repercussão na imprensa estadunidense. *New York Times* e *Washington Post* reproduziram o texto: “A escolha parece ter como objetivo melhorar o apelo do esquerdista aos eleitores de centro e reforçar sua liderança nas primeiras pesquisas sobre o atual presidente Jair Bolsonaro”. •



LULA, O PREFERIDO DO POVO

Mas o líder da extrema-direita se recupera, de acordo com os últimos levantamentos dos institutos de pesquisa. A reprovação do atual governo, contudo, ainda é muito alta. Inflação alta e desemprego são um peso para Bolsonaro

Matheus Tancredo Toledo

As duas pesquisas mais recentes, feitas pelos institutos Ipespe e Quaest, ajudam a entender o panorama atual da sucessão presidencial. De acordo com o levantamento do Ipespe, realizado em parceria com a XP Investimentos, entre 2 e 5 de abril, com 1 mil entrevistas telefônicas, houve um ligeiro aumento na aprovação ao governo, mas dentro da margem de erro, de 3,2 pontos percentuais. Mas é o

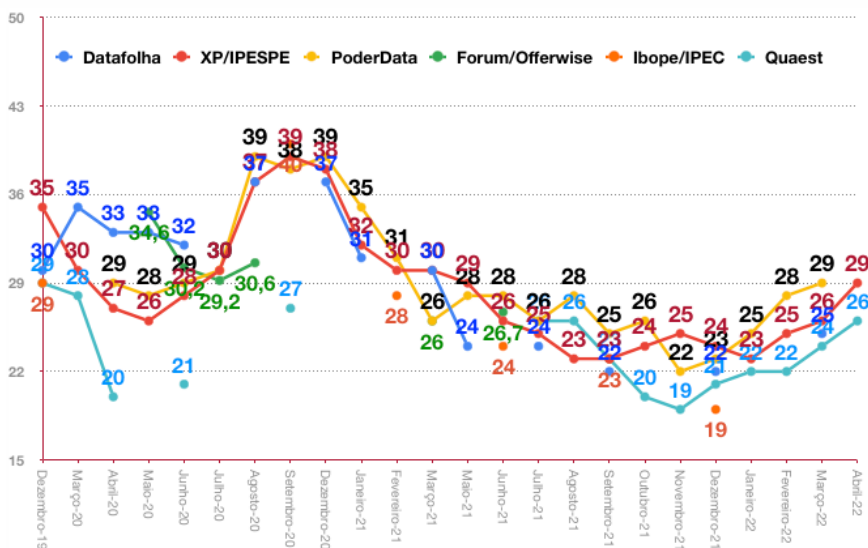
ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva que continua liderando a corrida presidencial, com 44%.

O levantamento Quaest aponta que 62% dos brasileiros consideram que a economia do Brasil piorou no último ano. E para 59%, houve piora na capacidade de pagar as próprias contas. Quase a totalidade dos brasileiros (98%) afirma que houve aumento dos preços nos últimos meses, e 74% acreditam que os preços irão aumentar no próximo período. Segundo o Ipespe, 63% dos brasileiros consideram que a economia do país está no

caminho errado. O índice de rejeição ao presidente continua muito alto: 61% não votam nele de jeito nenhum.

Pelo Ipespe, comparado ao final do ano, o líder da extrema direita brasileira tem a aprovação de apenas 29%. A reprovação segue em 54%, o mesmo patamar desde agosto de 2021. Já a pesquisa Quaest, feita em parceria com a Genial Investimentos entre 1º e 3 de abril, com 2 mil entrevistas domiciliares, aponta para aumento de 7 pontos percentuais na aprovação ao governo, em relação a novembro do

Avaliação positiva do governo



Elaboração: Noppe/Fundação Perseu Abramo

ano passado. Agora, Bolsonaro chega a 26% - um número acima do limite da margem de erro de 2 pontos. No mesmo período, a reprovação ao seu governo caiu 9 pontos percentuais e agora é de 47%.

Nos cenários de intenção de voto, os dois institutos apontam para um aumento nas intenções de voto em Bolsonaro no primeiro turno. Ambos os institutos mensuraram cenários sem o ex-juiz e ex-ministro da Justiça Sergio Moro. Segundo o Ipespe, houve aumento de 4 pontos nas intenções de voto em Bolsonaro, que chega a 30%, contra 44% de Lula. Ciro Gomes, que cresceu 2 pontos, chega a 9%, seguido por João Doria Jr. (3%), Simone Tebet (2%) e André Janones (1%).

De acordo com análise publicada pelo instituto, que considera o cruzamento de microdados - indisponíveis no relatório da pesquisa, o crescimento do atual presidente é resultado de dois efeitos distintos: cerca de 2,3 pontos resultam da melhora de sua avaliação de governo e 1,5 ponto da saída de Moro e Eduardo Leite - não considerado no cenário testado pelo instituto.

A pesquisa Quaest também permite entender a possível melhora no desempenho de Bolsonaro. No cenário que ainda inclui Sergio Moro, Bolsonaro cresceu 3 pontos percentuais - chegando a 29% das intenções de voto. Sem o ex-ministro na disputa, o atual presidente alcança 31% das intenções de voto, 5 pontos percentuais a mais que a pesquisa anterior, variação acima do limite da margem de erro. Lula tem 45% das intenções de voto no cenário sem Moro, e 44% no cenário que inclui o ex-juiz - mesmos patamares do levantamento anterior.

De acordo com a pesquisa, a melhora na avaliação de Bolsonaro se dá principalmente entre seus eleitores do segundo turno das eleições presidenciais de 2018. Entre eleitores de Haddad, quem declara ter votado branco/nulo ou ter optado pela abstenção, não houve mudança significativa no percentual de aprovação. Entre seus antigos eleitores houve aumento de 39% de aprovação para 52% desde novembro de 2021. A melhora da avaliação entre os beneficiários do Auxílio Brasil - de 13% para 24% desde novembro

- aponta para uma recuperação inclusive em parte do eleitorado popular que optou por Bolsonaro naquele pleito.

Quando questionados sobre a preferência de vitória nas eleições de 2022, 63% dos eleitores de Bolsonaro no segundo turno de 2018 dizem preferir mais uma vitória do atual presidente - em novembro eram 48%. No mesmo período, caiu de 24% para 15% a preferência por "nem Lula, nem Bolsonaro" no mesmo segmento, enquanto oscilou de 21% para 18% a preferência pelo líder petista.

Outros fatores são importantes para o próximo período. Embora o interesse pelas eleições seja um dos maiores da história e uma parcela significativa dos eleitores já opta entre Lula ou Bolsonaro, ou se prepara para fazer tal escolha em um cenário altamente polarizado, é alta a taxa de eleitores indecisos no cenário espontâneo.

Quando não é apresentada uma lista de candidatos ao entrevistado, 46% do eleitorado, segundo a Quaest. Outro ponto importante. Mesmo com melhora na aprovação, Bolsonaro segue com altíssimo índice de rejeição eleitoral: 61% do eleitorado segundo ambos os institutos. Em comparação, Lula não seria votado por 42% do total, segundo a Quaest, e por 43%, para o Ipespe.

Os dados corroboram com as recentes análises do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), da Fundação Perseu Abramo. A alta rejeição eleitoral e a insatisfação dos brasileiros com o cenário econômico são os dois grandes empecilhos para Bolsonaro. •

Cientista político com mestrado na PUC-SP, é analista do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), da Fundação Perseu Abramo.

TÁ TUDO MUITO CARO

**Alimentos, gás de cozinha, combustíveis...
A alta da inflação torna insustentável a vida
do povo. Falta dinheiro para os brasileiros.
Bolsonaro conseguiu um novo recorde: a
inflação mais alta em 28 anos**

2010

~~ARROZ R\$ 5,49~~
5KG

~~CARNE R\$ 13,90~~
KG

2022

ARROZ R\$ 37,94
5KG

CARNE R\$ 51,17
KG

Arte: Nathalie Nascimento

O que parecia ruim, se tornou pior. A crise na economia se espalhou rapidamente e o governo está sem controle sobre o problema que mais aflige atualmente o povo brasileiro: a inflação. Sob pressão dos combustíveis, a inflação do mês de março surpreendeu e é agora o principal desafio do governo Bolsonaro. A alta de 1,62% do IPCA em março, divulgada na sexta, 8, é a maior nos últimos 28 anos. A inflação quebrou o recorde estabelecido em 1994. Um feito e tanto para a equipe econômica liderada pelo ministro Paulo Guedes.

Mas para os mais pobres, a carestia castiga ainda mais. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que calcula a inflação para famílias de baixa renda, subiu ainda 1,71% e também é o índice mais alto para março desde 1994. Agora, o INPC acumula em 12 meses variação de 11,73%. O IPCA chega a 11,30%.

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva responsabiliza diretamente o governo pelo descontrole nos preços dos alimentos e dos combustíveis. "Tá caro e a culpa é do Bolsonaro", acusa. "A inflação funciona em efeito dominó. Quando dispara, leva todos os preços junto. A situação poderia ser menos grave se Bolsonaro não tivesse fechado 27 unidades armazenadoras da Conab".

O aumento de itens de hortifrutí em todo o Brasil em 2021. A cenoura subiu 121,18% em 12 meses, na média nacional. O mamão papaia subiu 61,67% em um ano e o tomate, 55,87%. Os dados foram coletados pelo IPC-10/FGV e são de 28 de março de 2022. O itens deveriam fazer parte da alimentação diária do brasileiro e sua falta traz um impacto muito negativo na saúde no bem-estar do nosso povo.

O grupo alimentos e bebidas,

elemento com grande peso no cálculo do INPC, sofreu alta de 2,42%, a maior desde novembro de 2020: 2,54%. A maior pressão veio do preço do tomate: 27,22%. Também pesaram itens como cenoura (31,47%), que acumula alta de 166,17% em 12 meses, leite longa vida (9,34%), óleo de soja (8,99%) e frutas (6,39%). Mas os grupos não alimentícios também aceleraram e subiram 1,50% em março.

A situação está se agravando e a fome está atingindo mais famílias. Dados mostram que 35% dos mais pobres, com renda familiar de até dois salários mínimos – R\$ 2.424 –, estão sem comida suficiente no prato. O fenômeno está acontecendo de maneira recorrente.

Entre os que ganham entre dois e cinco salários mínimos, 13% identificaram falta de comida na mesa. São níveis semelhantes aos registrados em 2021. No grupo dos desempregados, 38% declararam que não tiveram comida suficiente. Entre os autônomos, foram 26%, assim como para 20% dos assalariados sem registro formal e 28% dos desocupados que não estão à procura de trabalho.

Em março, a cesta básica de alimentos teve alta nas 17 capitais pesquisadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Com base na cesta mais cara, o órgão que presta assistência às centrais sindicais calcula o salário mínimo necessário para uma família de quatro pessoas no Brasil: R\$ 6.394,76.

O IPCA veio muito acima das projeções mais pessimistas do mercado e provocou a revisão imediata das expectativas para a inflação e para a taxa de juros no ano. Isso é ruim para o país e para os brasileiros, que vivem o drama da perda de renda e do poder aquisitivo. Além de ser

a maior taxa para o mês desde 1994, a inflação de março preocupa porque, apesar de ter sido puxada por combustíveis, mostra alta mais generalizada de preços.

O mercado avalia que a única ferramenta do Banco Central nesse momento passa a ser o câmbio. "Para gerar a desinflação que a gente necessita ter no país, talvez o instrumento principal seja usar câmbio. E a forma do BC ter isso é fugir um pouco dos 12,75% que tem sinalizado, ir um pouco acima", defende Tomás Goulart, economista-chefe da Novus.

Em comunicado a clientes, instituições financeiras apontaram uma surpresa espalhada na elevação dos preços de diversos grupos. Ainda que se aponte para o avanço de gasolina para além do que se esperava, foram observadas surpresas grandes produtos como leite e derivados, vestuário, conserto de automóveis e hospedagem. Segundo o IBGE, mais de um terço (34,5%) da alta de 1,62% do IPCA veio dos itens que sofreram reajuste de preços da Petrobrás nas refinarias para as distribuidoras. Juntos, gasolina, óleo diesel, gás de botijão e gás veicular representaram 0,56 ponto percentual (p.p.) do IPCA de março.

O gerente da pesquisa, Pedro Kislánov, alerta, no entanto, que há uma inflação mais espalhada. Em março, o índice de difusão medido pelo IBGE – que considera a parcela de subitens em alta – foi de 76,13%, o maior desde fevereiro de 2016 (77,21%). "De fato, se considerar a difusão do indicador, temos uma inflação mais espalhada. Nesse mês em particular, há um efeito dos combustíveis, que afeta outros grupos, como alimentação e bebidas. Alimentação foi afetado pelos fatores climáticos, mas também pela questão do frete", apontou. •



TRABALHADORES PROPÕEM NOVO CICLO PARA O BRASIL

Durante a Conclat, sindicatos defendem direitos trabalhistas, melhores salários e condições de vida como prioridade na agenda política. "O momento é muito grave", disse o presidente da CUT

Isaías Dalle

A Conclat 2022 (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora), realizada no dia 7 de abril, com a participação de nove centrais sindicais, reafirmou a necessidade de derrotar Bolsonaro nas próximas eleições. Para as lideranças que discursaram no encontro, essa é condição primordial para que direitos trabalhistas, melhores salários e condições de vida voltem a ser prioridade na política brasileira.

"Temos consciência de que vivemos um momento muito grave. Precisamos derrotar o fascismo, o que não será tarefa fácil nesses sete meses que nos separam das elei-

ções", disse o presidente da CUT, Sérgio Nobre. "Assim como sabemos que os próximos quatro anos tampouco serão fáceis. Vamos ter que comprar muita briga para conseguir implementar nossas propostas de mudança", completou.

Essas propostas estão contidas na Pauta da Classe Trabalhadora, lançada publicamente na Conclat (o documento pode ser acessado em <https://bit.ly/35LRwbQ>). O objetivo das centrais é apresentar a pauta para candidatos e candidatas nas eleições deste ano, desde que tenham trajetória de compromisso com a defesa dos direitos trabalhistas e de políticas sociais. Outra tarefa pretendida pelas centrais é que os sindicatos façam debates públicos em torno das propostas.

A preferência pela candidatura de Lula é majoritária entre as lideranças das centrais, segundo os organizadores da Conclat. Mesmo assim, não houve manifestações explícitas ao candidato durante o encontro. O ex-presidente já havia recebido o documento na segunda-feira, dia 4, em reunião com a cúpula da CUT.

Já o grito "Fora Bolsonaro" foi manifestado sem censura pela plateia e em faixas pelo auditório e no palco. A Conclat aconteceu em formato híbrido, com presença reduzida de público e transmitida online, como medidas de prevenção à covid-19. O rapper Gog e a cantora Ellen Oléria comandaram a apresentação, com música e poesia. Na abertura, duas frases da dupla po-

dem ser tomadas como síntese da Conclat: “Eu sou povo, posso ser o que quero. Não somos comunidades carentes, somos comunidades querentes”.

Se a necessidade de derrota de Bolsonaro é opinião unânime, por outro lado é vista apenas como o primeiro passo. É preciso um novo modelo de desenvolvimento e eleger o máximo possível de parlamentares e governadores de fora da direita, afirmaram lideranças. “Qual o retrato do Brasil de hoje? Juros abusivos, inflação descontrolada e uma taxa de câmbio que não nos leva a nada”, atacou o presidente da CTB, Adilson Araújo. “Precisamos mudar este modelo que só faz sorrir os rentistas e sangrar o bolso do povo”.

Para o presidente da CSB, Antonio Neto, a mudança precisa passar pelo que ele chamou de modelo de governança. “Acabar com esse toma-lá-dá-cá que coloca o centrão no comando e que promove a aprovação de tantas leis ruins”, disse. “Se não, seremos traídos novamente”. Emanuel Melato, da Inter-sindical, defendeu que, qualquer que seja o próximo governo, o movimento sindical deverá realizar uma greve geral para exigir a mu-

dança da legislação trabalhista em vigor: “Só um processo de negociação não bastará. Temos de nos mobilizar para acabar com a reforma trabalhista de 2017”, afirmou.

Outra proposta defendida pelas centrais é que as questões de gênero, a luta antirracista e a defesa dos povos originários sejam parte permanente das mobilizações e das reivindicações. “As mulheres estamos lutando por um espaço de igualdade, que é uma palavra simples, mas que faz enorme diferença”, resumiu Maria Edna de Medeiros, da UGT e integrante do Fórum Nacional das Mulheres Trabalhadoras. Também representante do Fórum, Junéia Batista, diretora da CUT, afirmou: “Precisamos garantir a participação dos povos das florestas e das águas, das pessoas com deficiência e, definitivamente, ter a eliminação do racismo na sociedade como objetivos”.

Miguel Torres, presidente da Força Sindical, defendeu que a retomada dos direitos trabalhistas seja estendida para a juventude e para novas funções, como a dos motoentregadores de aplicativos. Por fim, Torres registrou a resistência do movimento: “Parabéns para quem não se rendeu”. •

CENTRAIS SINDICAIS QUEREM REPRESENTAR MOTOENTREGADORES

Sérgio Nobre, presidente da CUT, anunciou que as centrais sindicais vão se reunir com as principais plataformas de aplicativos de transporte e entrega, na próxima semana. “Vamos nos reunir com a associação pra ver se conseguimos construir uma mesa de negociação, com o objetivo de proteger os trabalhadores e trabalhadoras”, explicou.

Na semana passada, os motoentregadores e motoristas que trabalham para aplicativos fizeram mobilizações pelo Bra-

sil, sem comando unitário e com datas de paralisação diferentes. Além de fragmentados do ponto de vista sindical, os motoentregadores ainda sofreram dura e desleal oposição da maior empresa do setor. A iFood utilizou-se de estratégia nas redes sociais, com o uso de perfis falsos e apoio de agências de publicidade profissionais, para esvaziar o movimento e confundir os trabalhadores, conforme denunciado por reportagem de Agência Pública. •

NOVOS ATOS EM PROTESTO CONTRA BOLSONARO

O povo brasileiro voltou às ruas no sábado, 9, contra a carestia no país e a crise econômica. Com a alta dos preços de combustíveis, gás de cozinha e alimentos, manifestantes protestaram em todas as regiões do Brasil e muitos países no exterior.

Os atos #BolsonaroNuncaMais, organizados por entidades, como a CUT, UNE e UBES, além de movimentos populares que integram as frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo já estão confirmados em 60 cidades.

Em nota divulgada no início da semana, o PT anunciou que retoma as ruas do país para dar um basta ao aumento do combustível e do gás, contra o governo da fome de Jair Bolsonaro e em defesa do emprego. “Basta a este governo da morte”, diz a nota divulgada pelo PT na quinta-feira, 7.

“A mobilização nacional é contra o governo de Bolsonaro, contra a crise social, ambiental, humanitária, política e econômica, sobretudo causadas pela ação nefasta de um governo genocida, negacionista, ultraliberal e neofascista, que busca, de todas as formas, atacar a democracia e os direitos do povo brasileiro”, aponta o PT.

Aqueles que não tiverem condições de ir às ruas, devem se manifestar de onde estiverem, nas redes, nas janelas, nos portões com faixas, bandeiras, pequenos atos e usando as hashtags #BolsonaroNuncaMais e #9AForaBolsonaro. •

LULA TEM ENCONTRO COM LÍDER POLÍTICO ALEMÃO

Ex-presidente participou de conferência com o ex-presidente do Parlamento Europeu Martin Schulz, em evento organizado pelas fundações Perseu Abramo e a Friedrich Ebert

Ricardo Stuckert

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou de um encontro, na terça, 5, com o líder político alemão Martin Schulz, ex-presidente do Parlamento Europeu, atualmente presidente da Fundação Friedrich Ebert (FES). A reunião ocorreu durante o debate “Brasil-Alemanha - União Europeia: desafios progressistas - parcerias estratégicas”, organizado pela FES em parceria com a Fundação Perseu Abramo (FPA).

No encontro, o ex-presidente fez críticas ao sistema de governança internacional. Lula disse que o formato da Organização das Nações Unidas (ONU) não funciona mais. Como exemplo, citou a vacinação contra a Covid. “Não tem sentido o mundo rico ter 70% das vacinas e a África não ter nem 10%”, ressaltou.

“A ONU deveria ser um órgão com autoridade moral para fazer com que uma parte da produção fosse distribuída em igualdade de condições para todo ser humano”, justificou. Outro exemplo citado pelo ex-presidente foi sobre os acordos ambientais. Lula afirmou que embora as Nações Unidas sirvam para negociações, não tem poder sobre os países.

Schulz concordou que a ONU não tem conseguido mediar as relações entre os países, mas colocou a culpa, principalmente, em países que abandonaram o multilateralismo e a cooperação in-



DIÁLOGO Lula e Schulz discutiram parcerias estratégicas entre o Brasil e a Alemanha, governada por uma aliança liderada pelo Partido Social Democrata

ternacional. Ele mencionou como exemplos Vladimir Putin e Donald Trump e lembrou o slogan do estadunidense, “América em primeiro lugar”.

Schulz fez críticas aos líderes de extrema-direita que, em quaisquer lugares do mundo, não respeitam as convenções internacionais e buscam “mais poder em seus países, custe o que custar”. Ele disse que autocratas atentam contra as instituições na busca pelo poder para si e para os seus “clientes”.

Schulz e Lula têm uma longa relação, assim como o Partido dos Trabalhadores e o Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD). Quando o ex-presidente estava preso em Curitiba, ele recebeu a visita do líder alemão. Logo na

abertura do encontro, Lula agradeceu Schulz pela solidariedade. No ano passado, os dois se reuniram na Alemanha quando Lula fez uma viagem à Europa.

Schulz considerou o combate às desigualdades como algo prioritário para o avanço do desenvolvimento brasileiro. Para ele, o crescimento sustentável depende da preservação do meio ambiente e da garantia de direitos de toda a população.

Ele afirmou que Lula “é uma bênção para a esquerda mundial”. “Ele tem a mente aberta e se importa com o futuro mais do que com o presente”, disse. Já o ex-presidente reforçou a importância da ligação entre o Brasil e a União Europeia. •

MORRE O JURISTA DALMO DALLARI

O jurista Dalmo de Abreu Dallari, ex-professor da Faculdade de Direito da USP, morreu na sexta-feira, 8, aos 90 anos, em decorrência de um quadro de insuficiência respiratória. O anúncio foi feito pela família do advogado.

Dallari foi referência no direito brasileiro pelos conhecimentos envolvendo teorias sobre a origem, o funcionamento, a formação e a estruturação do Estado. Ele chegou a dirigir a Faculdade de Direito da universidade por quatro anos, entre 1986 e 1990.

Os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff lamentaram a passagem do advogado. "O Brasil perdeu um dos seus maiores juristas e defensores dos direitos humanos. Ao longo de 90 anos de vida, sua trajetória de luta pela democracia foi uma inspiração. Meus sentimentos", declarou Lula.

"Com a morte de Dalmo Dallari, o Brasil perde um dos maiores juristas de sua história e um grande defensor da democracia e do Estado de Direito", disse Dilma. "Dallari sempre esteve do lado certo da história: contra os golpes, como o que foi cometido contra mim, e contra a violência do Estado".

Para além da vida acadêmica, Dallari apoiou, no início dos anos 1970, a criação da Comissão Pontifícia de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, que atuou na denúncia das violações aos Direitos Humanos durante a ditadura militar (1964-1985). •

MAIS DENÚNCIAS DE CORRUPÇÃO NO MEC

Surgem novas suspeitas irregularidades e fraudes no MEC. Enquanto Bolsonaro segue calado, Senado pode criar CPI para investigar desvios de dinheiro na pasta

Há mais de quinze dias, novos casos e denúncias de corrupção no governo vão se sucedendo nos jornais. Na última semana, mais três escândalos de fraudes no governo surgiram no horizonte contra Bolsonaro. A mídia revelou que o Ministério da Educação transferiu R\$ 26 milhões para a compra de kits de robóticas a escolas públicas que sequer têm água. As suspeitas de desvio de recursos levou o PT e a oposição no Senado se mobilizarem para a instalação de uma CPI para apurar os casos.

Na quinta, 7, a Folha apontou que o MEC beneficiou empresa de aliado do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP), em Alagoas. Ele é um dos mais próximos aliados do presidente da República e figura como representante máximo do Centrão. O segundo escândalo surgiu no mesmo dia. O Estadão revelou conduta suspeita de servidores da pasta.

Servidores públicos do primeiro escalão do MEC dão sinais exteriores de riqueza e patrimônio incompatível com rendimentos. Diretores do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) compraram carros luxuosos que custam até 30 vezes seus salários. Os suspeitos foram indicados pelo centrão e adquiriram recentemente SUVs após assumirem os cargos no órgão.

O mesmo FNDE apareceu em

uma história suspeita. O órgão ia fazer na terça, 5, um pregão suspeita de sobrepreço para a compra de ônibus escolares. Um negócio milionário com sobrepreço estimado em R\$ 732 milhões. O pregão não aconteceu porque o TCU suspendeu e anunciou uma investigação. O jornal também revela que o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, se reuniu com presidente do FNDE antes da liberação do pregão.

Em março, surgiu a denúncia de prefeitos teriam recebido pedidos de pagamento de propina a pastores ligados ao ex-ministro da Educação Milton Ribeiro. Em depoimento à Comissão de Educação, cinco prefeitos confirmaram ter recebido pedidos de suborno dos pastores. O prefeito de Bonfinópolis (GO) declarou ter sentido "ânsia de vômito" ao ouvir que teria que pagar R\$ 15 mil pela liberação de R\$ 7 milhões para a construção de uma escola. Outro prefeito, de Luís Domingues (MA), afirmou que o grupo pediu 1 kg de ouro, além da propina de R\$ 15 mil.

Como se não bastasse isso tudo, mais um filho do presidente Jair Bolsonaro se vê sob a suspeita de negócios escusos. A Polícia Federal intimou o filho ZeroQuatro de Bolsonaro, Jair Renan, para depor em inquérito sobre tráfico de influência no governo, corrupção e lavagem de dinheiro. •

FLAGRADO, LOBISTA DESISTE

Bolsonaro ainda quer privatizar a estatal, mas viu o operador de petroleiras estrangeiras, Adriano Pires, anunciar que não assumiria a direção da empresa, depois do evidente conflito de interesses. O novo indicado é José Mauro Ferreira Coelho

As relações nada republicanas do governo Bolsonaro entre público e privado ganham novos desdobramentos com a desistência do consultor e lobista Adriano Pires de aceitar o comando da Petrobrás. O anúncio foi feito pelo empresário, na segunda, 4.

O novo indicado pelo governo para comandar a maior empresa do Brasil é José Mauro Ferreira Coelho, ex-secretário do Ministério das Minas e Energia. O Palácio do Planalto também anunciou a indicação de Márcio Andrade Weber para comandar o Conselho de Administração da petroleira. Os dois têm perfil mais técnico.

O governo mantém o desejo

de vender a empresa. O ministro Paulo Guedes falou a jornalista que o cenário seria favorável por causa da alta dos combustíveis e do gás de cozinha, da inflação elevada. Guedes quer usar isso como justificativa para entregar a empresa, fundada em 1954 no governo Getúlio Vargas, para a iniciativa privada.

O senador Jean Paul Prates (PT-RN) condenou o esforço do governo para o desmanche da Petrobrás, durante votação de indicados ao governo para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Ele se recusou a votar o nome dos indicados. Estava indignado na sessão de quinta-feira, na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado.

“O Cade e a Petrobrás, mancomunadamente, transformaram num processo de legitimação a imolação de oito refinarias no ‘altar’ do Cade. E as primeiras consequências desse processo irresponsável estão aí para nós vermos. E o Cade fez esse papel de ajudar a dizer que a Petrobrás é monopolista no refino. Como é que vocês podem embasar um termo de conduta em que a Petrobras, não o Cade, se oferece para vender oito refinarias?”, questionou.

Ele questionou o papel do ex-presidente da Petrobrás Roberto Castelo Branco, responsável pela venda de ativos importantes da Petrobrás, para uma empresa privada e, menos de três meses depois, ele virou presidente da

mesma empresa. “O ex-presidente da Petrobrás é hoje o CEO de uma empresa chamada 3R, que foi quem comprou os ativos na mão dele! Não dá para dizer mais nada, não é?”, criticou.

Sobre os novos nomes para a Petrobrás, ainda não pesam acusações. Ferreira Coelho integra o Conselho de Administração da Pré-Sal Petróleo S/A e estava cumprindo quarentena, após ter pedido demissão, em outubro passado, do cargo de secretário de Petróleo, Gás e Biocombustíveis do Ministério das Minas e Energia. Ele foi servidor por 14 anos. Weber faz parte do conselho de administração da própria petroleira.

Mas conflito de interesses não parece ser um problema para os indicados por Bolsonaro para a empresa. Como Roberto Castello Branco, Adriano Pires também não se sente constrangido em pular de um lado para o outro do balcão. Só que dessa vez, o sinal vermelho acendeu na própria Petrobrás. A situação de Adriano Pires ficou insustentável após a divulgação de um dossiê elaborado pela própria estatal.

O *Globo* revelou a existência de relatórios da diretoria de governança e conformidade da Petrobrás destacando os problemas evidentes na indicação de Pires e Rodolfo Landim, convidado pelo Palácio do Planalto para assumir a presidência do Conselho de Administração.

Os documentos da estatal são explícitos: “Os dois teriam dificuldades em passar pelos critérios do comitê interno que vai avaliar se eles têm ou não condições de ocupar os postos para os quais foram indicados”. No domingo, 3, Landim já havia se antecipado à decisão de Pires e também recusou o convite para assumir o Conselho de Administração da Petrobrás.

Os relatórios foram encaminhados ao ministro de Minas e

Energia, Almirante Bento Albuquerque. Ele é o responsável pela indicação agora de Ferreira Coelho. Mas também havia endossado Adriano Pires e Landim. A Controladoria Geral da União também recebeu os alertas da Petrobrás.

Tanto Albuquerque quanto os técnicos da CGU teriam ficado “assustados” com o histórico do lobista e de Rodolfo Landim. Adriano Pires é conhecido entre executivos do setor de energia por atender grandes empresas de petróleo de outros países, assim como Landim.

O lobista é apontado como consultor de Carlos Suarez, dono de empresas do setor de gás, que também tem negócios e muita proximidade com Landim. Uma das empresas de Suarez é a Companhia de Gás do Amazonas (Cigás), envolvida em uma disputa judicial com a Petrobrás de R\$ 600 milhões.

A depender do andar do processo, os valores decorrentes do litígio podem chegar a mais de R\$ 8 bilhões. Rodolfo Landim, por sua vez, chegou a ser investigado pelo Ministério Público por transferências para contas pessoais de Carlos Suarez na Suíça.

Em meio às especulações sobre o futuro da companhia, o silêncio de Pires, que se recusava a revelar quais empresas são atendidas por sua empresa consultoria, foi se tornando cada vez mais insustentável. Na sexta-feira, 1º de abril, a bancada do PT na Câmara encaminhou ao Ministério de Minas e Energia pedido para que a pasta detalhasse as atividades do empresário, dublê de lobista.

Na representação protocolada pelo líder do PT, deputado Reginaldo Lopes, com base na Lei de Acesso à Informação (LAI), a bancada do PT questionava quais são as empresas representadas pelo empresário no Centro Brasileiro de Infra-estrutura (CBIE). Apesar do nome pomposo, a CBIE é uma empresa que atua por duas déca-

das fazendo lobby e a defesa da Petrobrás. Pires não queria se desligar do grupo.

“Fundador e dirigente máximo da consultoria CBIE - Centro Brasileiro de Infraestrutura, há mais de 20 anos [Pires] trabalha ou trabalhou para as principais multinacionais de petróleo, gás e energia - Chevron, Exxon Mobil, Shell etc -, o que pode representar eventual conflito de interesse entre essas atividades privadas que exerce e as atribuições inerentes ao cargo na Petrobras, em prejuízo da estatal e da sociedade brasileira”, alertou o PT, na representação de 12 páginas encaminhado ao MME.

A falta de compromisso de Bolsonaro com os interesses do povo brasileiro também chamou a atenção do Ministério Público, que acionou o Tribunal de Contas da União (TCU), para impedir a posse de Adriano Pires na Petrobrás. No pedido de liminar, o subprocurador Lucas Furtado identificou as atividades de Pires à frente da CBIE como um fator de impedimento. “Tendo em vista sua atuação na iniciativa privada, a lançar dúvidas sobre a possibilidade ética e legal de vir a assumir a presidência da Petrobras”, ressaltou.

O subprocurador também apontou na liminar a ligação de Pires com empresas internacionais como Chevron, Exxon Mobil e a britânica Shell. “Revelam, a meu ver, um quadro de extrema gravidade para a necessária isenção que se espera de um futuro dirigente da maior empresa brasileira, exigindo que sejam previamente e cabalmente afastados quaisquer riscos de conflito de interesses, que podem ser extremamente perniciosos para a Petrobras e para a própria economia nacional, mediante o possível uso de informações privilegiadas por detentores de altos cargos, de modo a favorecer alguns agentes do mercado, em detrimento de outros”, observa Lucas Furtado. •



DESMONTE DA PETROBRÁS AGORA AMEAÇA O PAÍS

O problema central dos combustíveis e fertilizantes é derivado da política de desmanche, com privatizações e perda de capacidade de produção nacional, promovida pelos governos Temer e Bolsonaro. Sem uma revisão dessa política suicida, o país enfrentará problemas de escassez de alimentos e alta de combustíveis

Lígia Toneto *
William Nozaki **



Em 11 de março, a Petrobrás anunciou alta de 18,8% no preço da gasolina, de 24,9% no diesel

e de 16% no gás de cozinha. Na bomba, a gasolina subiu em média 8,7% na semana passada, o diesel subiu 14,4% e o gás de cozinha, 9,8%.

Em decorrência da política de

preços da Petrobrás, adotada desde o governo Temer, que acompanha intimamente os preços internacionais do petróleo, a alta foi motivada sobretudo pelas instabilidades provocadas pela guerra

entre Rússia e Ucrânia. A retomada das atividades econômicas com o avanço da vacina e o surgimento de novas variantes da covid-19 tem lançado efeitos contraditórios sobre a oferta e a demanda de petróleo e derivados.

A mudança da política de preços da Petrobrás desde o Golpe de 2016 é alinhada com uma orientação da empresa para a especialização em produção de óleo cru, com o desmonte e privatização do parque de refino brasileiro, que havia recebido grandes investimentos em expansão nos governos Lula e Dilma.

Assim, passamos a ser grandes produtores e exportadores de óleo cru, porém aumentamos a dependência da importação de derivados. Com isso, além de reduzir a participação da Petrobras na produção de derivados da cadeia do petróleo - com destaque para os combustíveis - que possuem maior valor adicionado, a empresa também perde poder de mercado sobre estes itens, reduzindo margem para políticas de suavização dos preços conforme as oscilações da conjuntura internacional.

Destaca-se que, nesta última alta, a Refinaria de Mataripe (ex-R-LAM), na Bahia, que foi a primeira refinaria vendida pelo governo Bolsonaro, foi quem efetuou a maior alta de seus preços, que chegaram a subir 35%.

Além da alta nos combustíveis por si só possuir um impacto significativo na média dos preços da economia, ela também gera um efeito em cadeia, pressionando os preços de transportes e fretes, que impactam os preços de outros bens finais. O gás de cozinha (GLP), por sua vez, impacta significativamente o custo de vida, em um cenário em que os rendimentos do trabalho vêm caindo sistematicamente, onerando demasiadamente as famílias trabalhadoras.

Diferentemente do Brasil, a maioria dos países adotou alguma medida para evitar o repasse abusivo para os preços dos combustíveis internamente. Enquanto países com elevada produção e refino usam de seu poder de mercado para cobrar preços mais baixos, países que não são grandes produtores, mas são refinadores, estão segurando temporariamente os preços.

Apenas os países que não são produtores e refinadores relevantes têm repassado os preços para os consumidores finais. As medidas propostas pelo governo Bolsonaro, como diminuir o PIS/

COFINS do diesel e alterar o ICMS dos combustíveis, todavia, são insuficientes. Além disso, a redução do ICMS joga o problema para os governadores.

No curto prazo, seriam indicadas medidas temporárias, como subsídios, créditos para consumidores, racionamento, e intensificação de políticas de transferência de renda, para assegurar renda aos consumidores.

Todavia, para suavizar as altas de preços no longo prazo, seriam necessárias medidas estruturais, que estavam em curso nos governos petistas e que visem reduzir a dependência de importações de combustíveis. Como a expansão da capacidade de refino e o fortalecimento da atuação na distribuição.

Diante da inação do Palácio do Planalto e da gestão da Petrobrás, recentemente o Congresso se viu forçado a discutir medidas como a constituição de um fundo de estabilização com retenção de parte das receitas das exportações de óleo cru, e a taxação de parte dos dividendos excepcionais que hoje são transferidos para os acionistas.

Os fertilizantes passam por problema parecido. A escassez e alta dos preços é reflexo da grande dependência de importações, que foi reforçada pelo fechamento da planta de fertilizantes da Petrobrás no Paraná, pela venda das plantas da Bahia, Sergipe e Mato Grosso do Sul, e pela desistência dos projetos de Minas Gerais e Espírito Santo nos governos Temer e Bolsonaro.

Atualmente, o Brasil importa 85% dos fertilizantes utilizados. O problema no mercado de fertilizantes preocupa, pois impacta diretamente na produção e no preço dos alimentos, que já vêm de um período de alta.

A elevação dos preços dos alimentos coincide com a volta da fome, e com esses anos de destruição do mercado de trabalho,

com recorrentes perdas de renda das famílias e reajuste do salário-mínimo abaixo da inflação.

Como agravante da situação, o governo Bolsonaro não vem praticando políticas de aquisição de alimentos e regulação de estoques, o que poderia atenuar essas pressões sobre os preços dos alimentos, sendo culpado pela situação social dramática que o país enfrenta.

Bolsonaro, além de tudo, tem se utilizado de maneira cínica da escassez de fertilizantes de potássio para liberar a mineração e o garimpo em terras indígenas.

Todavia, é irrisória a participação de reservas de potássio brasileiras em terras indígenas. Somente um terço das reservas nacionais estão na Amazônia. E, nela, apenas 11% estão em terras indígenas. Tal situação poderia ser mitigada com investimentos em fertilizantes nitrogenados, oriundos do processo produtivo do gás natural, mas esse segmento também tem passado por abertura desregrada e desmonte acelerado.

O problema central tanto dos combustíveis quanto dos fertilizantes é derivado da política de desmonte, com privatizações e perda de capacidade de produção nacional, promovida pelos governos Temer e Bolsonaro.

E a grande questão é que itens tão importantes para o consumo das famílias, funcionamento da economia e segurança nacional como alimentos, gás natural e derivados de petróleo não deveriam ser tratados como mercadorias quaisquer.

É necessário que o Estado atue para garantir que os preços sejam praticáveis e que não provoquem (ou agravem) a crise social em que o país está imerso. •

* Economista, é mestranda em Economia pela Unicamp. ** Professor da Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), coordenador do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás e Biocombustíveis (INEEP)



AMEAÇA AOS INTERESSES NACIONAIS

Privatização da Eletrobrás é um projeto ilegítimo, anti-nacional e anti-popular. O TCU comete uma irresponsabilidade ao não exigir estudo de impacto tarifário, completo e auditável, sobre o que representaria a venda aos consumidores

Reginaldo Lopes

O inconcebível processo de privatização da Eletrobrás – a maior empresa de energia elétrica da



América Latina – continua em curso, de forma ilegítima, anti-nacional e anti-popular. O chamado mercado quer participar de uma farra às custas do povo brasileiro, apropriando-se a preço de banana de um patrimônio nacional construído ao longo de décadas pela Nação.

A despeito disso, o Tribunal de Contas da União retarda sua análise sobre o processo que envolve a decisão relacionada ao modelo de capitalização da estatal, mas sem transparência, com falhas inadmissíveis e sem considerar os interesses nacionais.

É uma irresponsabilidade do TCU, por exemplo, não exigir sequer um estudo de impacto tarifário, completo e auditável, sobre o que representaria a privatização no bolso dos consumidores. É, na verdade, um crime mesmo, pois não exigiu da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) um estudo sobre prejuízos aos consumidores.

Se efetuada, a privatização vai diminuir ainda mais o poder de compra do povo brasileiro, dos pequenos e médios empreendedores e da agroindústria da agricultura familiar. Os grandes sempre arrumam alguma alternativa. Com o fim da política de cotas, o mercado livre pode, sim, encarecer cada vez mais o custo país. Não podemos admitir esses retrocessos.

Energia elétrica e os combus-

tíveis pesam 60% na composição da taxa de inflação, o que revela a importância de não se privatizar a Eletrobras, já que o capital privado no controle da empresa aumentaria os valores da tarifa para expandir seus lucros. Em feverei-

ro, metade da população que ganha até dois salários mínimos não pagou a conta de luz.

Os especuladores e parte da imprensa tratam a privatização como “janela de oportunidade”. Esta é uma abordagem centrada em negócios, interesses financeiros e especulação em detrimento do interesse público. Aproveitam-se de uma anomalia ocasionada pelas mudanças dos trâmites legislativos em tempos de pandemia.

A privatização aprovada no Congresso Nacional ocorreu por um equívoco, do ponto de vista do rito constitucional. A matéria foi

**É INACEITÁVEL
QUE 34 USINAS,
JÁ AMORTIZADAS
PELO POVO
BRASILEIRO, SEJAM
LEILOADAS PARA
QUE A SOCIEDADE
VOLTE A PAGAR
POR ELAS**

aprovada sem ser apreciada por comissão mista da Câmara e do Senado, em votação remota que chancelou a medida provisória 1.031, claramente anti-nacional.

Nos países com democracia e economia consolidadas, as hidrelétricas pertencem à União e, às vezes, como nos Estados Unidos, às Forças Armadas. É inaceitável que 34 usinas, já amortizadas pelo povo brasileiro, sejam leiloadas novamente para que a sociedade volte a pagar por elas, com aumento das tarifas.

Não se pode aceitar a privatização e sequer a manutenção do processo por parte do TCU, às vésperas de eleições presidenciais. Para quê tanta pressa? É por que vão perder as eleições? Têm que respeitar o desejo soberano do povo e o voto popular. Após as eleições, de acordo com os projetos do governo eleito e o olhar sobre um setor tão importante para a soberania nacional, aí, sim, a Câmara, o Senado e o TCU deveriam retomar o debate.

O próprio ministro Vital do Rego, do TCU, estima que há uma subavaliação de R\$ 63 bilhões sobre o valor adicionado à concessão da Eletrobrás. Ou seja, se privatizada, a empresa será entregue pela metade do preço do que deveria.

A Eletrobrás responde por 25% de toda a capacidade de geração do país, 45% do sistema de transmissão e nada menos do que 52% da capacidade de armazenamento dos reservatórios. Esses dados, por si só, mostram a gravidade da transferência da empresa para o capital privado. A Eletrobrás é do povo brasileiro. Não à privatização! •

* Economista, é deputado federal por Minas Gerais e líder do PT na Câmara dos Deputados.

BRASIL

RECONSTRUIR E TRANSFORMAR: A EDUCAÇÃO COMO PILAR



Educadores que integram o Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas de Educação lançam documento em defesa do ensino público e colocando a educação no centro do debate político nacional. A hora é de um debate profundo

Carlos Augusto Abicalil, Antonio Ibañez Ruiz, Binho Marques, Bruno da Costa Ferreira, Eduardo Ferreira, Heleno Araújo, Olga Freitas, Selma Rocha, Teresa Leitão, Vanda Bandeira Santana e Walisson Araújo

A Constituição Federal aponta os fundamentos da República: soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político. A mesma Constituição define os seus objetivos: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (CF, Art. 1º e 3º).

É ali, também, que encontramos a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, visando à garantia do pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (CF, Art. 205).

Para que os fundamentos e objetivos do Estado democrático se concretizem e a educação de qualidade socialmente referenciada se efetive, é necessário garantir o atendimento aos princípios de: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e concepções pedagógi-

cas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização dos profissionais da educação, com planos de carreira e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos; gestão democrática do ensino público; padrão de qualidade; e piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação pública, nos termos de lei federal (CF, Art. 206).

O vigor destes ordenamentos basilares não é, entretanto, linear.

Entrando no sexto ano do golpe patrocinador do neoliberalismo econômico associado à guerra cultural, torna-se imperativo revisitar diagnósticos e formulações de resistência e de inovação, apontar um balizamento para o desenho da reconstrução e um horizonte prospectivo da transformação: afinal, “outro mundo é preciso, outro Brasil necessário”.

Além da intensa atividade de acompanhamento em meio a tantas agressões às políticas públicas democráticas e populares, articulando ações com as bancadas parlamentares, gestores/as públicos/as e assessorias técnicas, em todas as esferas da federação, com lideranças do movimento social e popular, pesquisadores/as e instituições diversas, a oferta deste texto responde a uma atualização complementar às inúmeras outras contribuições que são bem-vindas a esta imensa tarefa que se avizinha: reconstruir e transformar o Brasil.

Portanto, não pretende ser exaustivo nem definitivo. É uma contribuição comprometida que, de algum modo sucede, aprofun-

da parcialmente, problematiza ou coloca em relevo aspectos importantes que pautam os imperativos éticos de tamanho desafio. O principal deles em relação à educação é a garantia de acesso, de forma democrática a uma educação básica que permita o conhecimento no campo da ciência, à filosofia, às artes, à tecnologia e, no caso do ensino superior, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão de forma a contribuir com um desenvolvimento que favoreça a justiça social, a soberania do país e a integração latino-americana.

O Núcleo de Acompanhamento de Políticas Públicas de Educação (NAPP Educação), constituído no âmbito da Fundação Perseu Abramo, depois da realização do Ciclo de Seminários realizado em 2021 e da conclusão da sessão legislativa, através desta comissão redatora de composição voluntária, debruçou-se sobre a elaboração de um Caderno Temático com a finalidade de contribuir na atualização do debate nacional indispensável à superação do desastre promovido e acelerado nos últimos anos.

Assim, além de tomar como pano de fundo comum a síntese iniciada na publicação do Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil, reputa indispensável a consideração concomitante do “Balanço da Educação Brasileira – do Golpe de 2016 ao Governo Bolsonaro” e do “Brasil: cinco anos de golpe e destruição”.

O debate aberto é o melhor cenário para reunir e mobilizar as mais justas aspirações, dando potência e movimento à esperança que motiva a luta. •



COMO O PT SALVOU O BRASIL: AUMENTO REAL DO SALÁRIO MÍNIMO E DA RENDA

Com Lula e Dilma, o salário-mínimo, praticamente estagnado durante os dois governos FHC, valorizou-se, em termos reais – acima da inflação. O aumento real é superior a 74%. Isso beneficiou diretamente 28% dos trabalhadores brasileiros e aproximadamente 65% dos aposentados pelo INSS



Eduardo Fagnani *
Gerson Gomes **
Guilherme Mello ***



Este é o vigésimo primeiro de uma série de artigos organizada para oferecer fatos e números que desconstróem as mentiras circulantes, segundo as quais a política econômica do PT teria “quebrado o Brasil”. Neste artigo, destacamos que a melhoria do emprego veio acompanhada por política consistente de fortalecimento das rendas do trabalho.

Segundo o Banco Central, o poder de compra do salário-mínimo em janeiro de 2015 foi “o maior desde agosto de 1965, superado apenas pelo registrado no período de julho de 1954 a julho de 1965”. Não surpreende, portanto, “que o rendimento médio real do trabalho venha crescendo há vários anos”, em todas as regiões do país. É o que consta no Boletim Regional do Banco Central do Brasil, janeiro de 2015, volume 9, número 1, página 99.

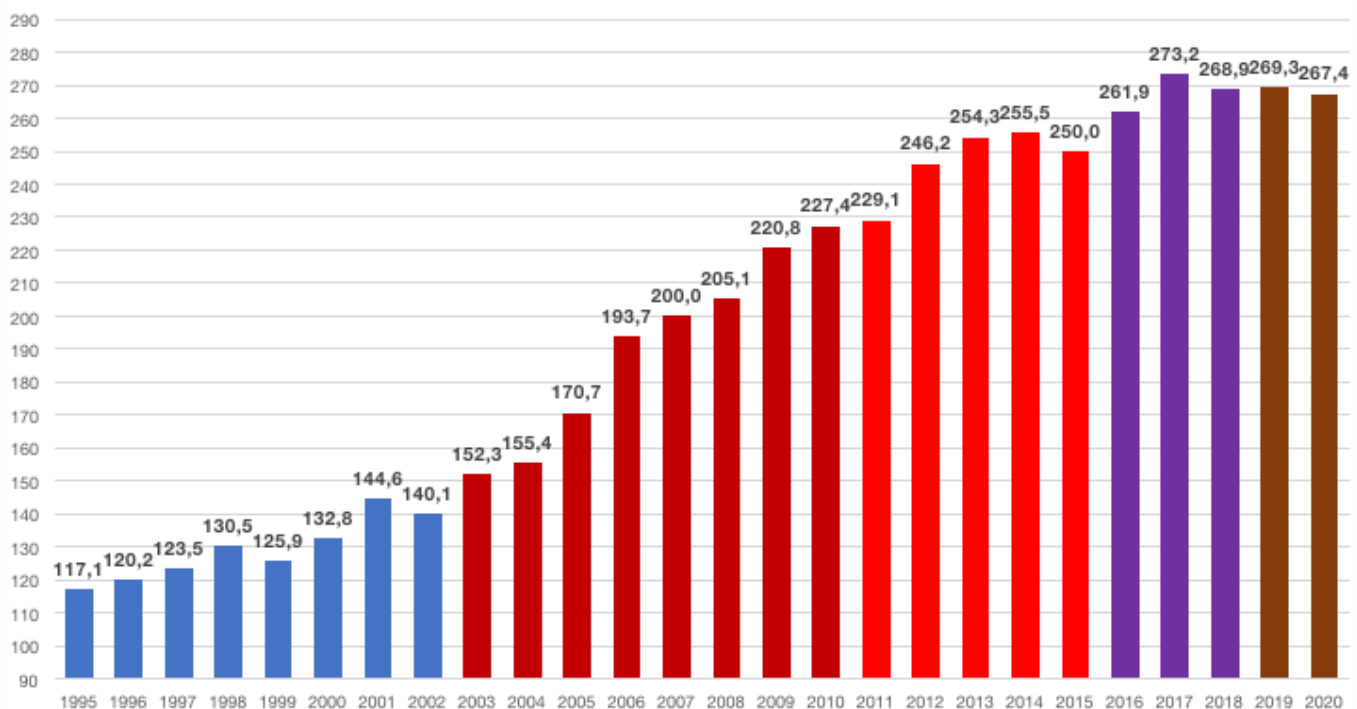
Note-se que o salário-mínimo, praticamente estagnado durante os governos FHC, valorizou-se, em termos reais – acima da inflação, mais de 74% no ciclo petista (gráfico 1), beneficiando diretamente 28% dos trabalhadores brasileiros e aproximadamente 65% dos aposentados pelo INSS.

Nas análises anteriores, demonstramos a falsidade daquela narrativa, apresentando o comportamento de diversos indicadores que comprovam a melhoria dos fundamentos macroeconômicos durante os governos Lula e Dilma.

Também sublinhamos que, a partir de 2003, foi esboçada uma política de desenvolvimento apoiada na ampliação dos investimentos. E também na criação de um mercado de consumo de massas formado a partir de políticas de distribuição de renda, de expansão e formalização do emprego e de aumento e democratização do crédito, cuja maior virtude foi a melhora expressiva das condições de vida dos mais pobres.

Evolução do salário mínimo. Gráfico 1

Ano-base 1994-100. Período entre 1995 e 2020

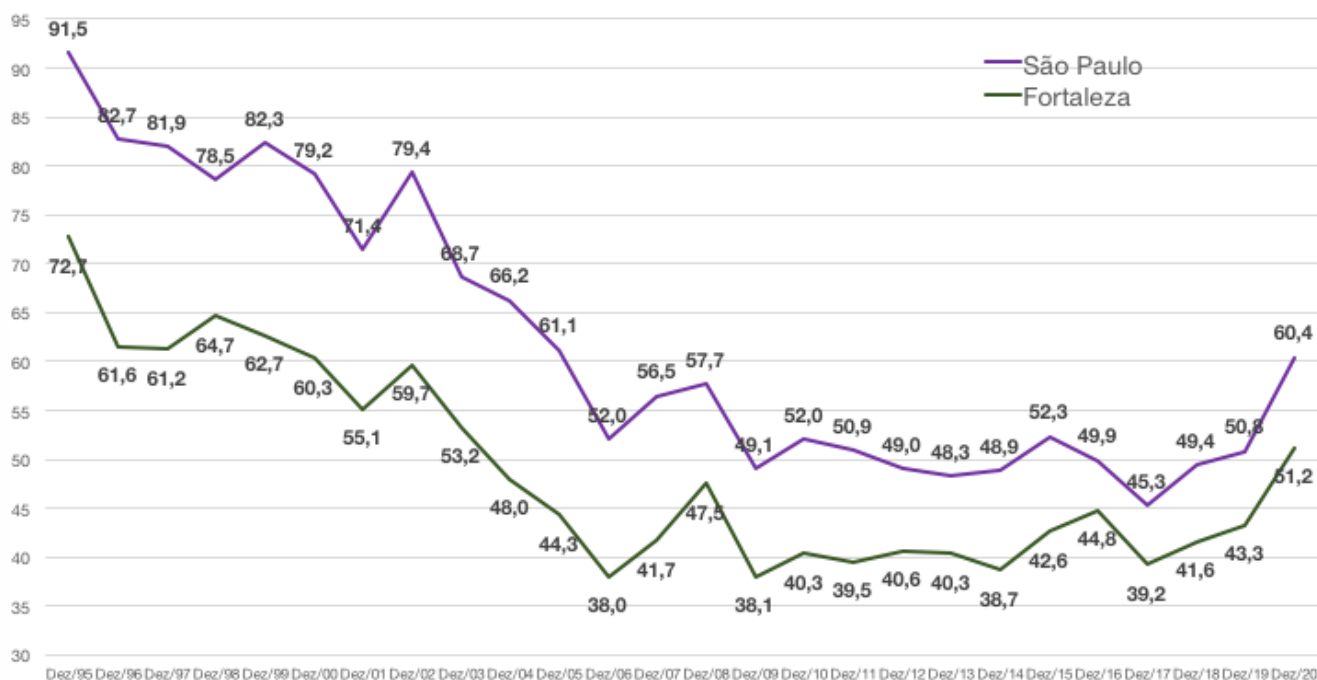


Nota (*): Deflacionado - INPC

Fonte: IPEADATA. Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. Vinte e Cinco Anos de Economia Brasileira. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Custo da cesta básica como proporção do salário-mínimo. Gráfico 2

Em porcentagem, com dados referentes a 1995 a 2020



Fonte: BCB Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. Vinte e Cinco Anos de Economia Brasileira. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

Houve mobilidade social ascendente via mercado de trabalho, combinando geração de emprego com diminuição da informalidade e aumento da renda laboral, criando condições para a redução das desigualdades da renda e maior participação relativa do trabalho na apropriação da riqueza nacional.

Entre 2002 e 2014 foram gerados mais de 20 milhões de empregos com carteira assinada. O número total de empregados com vínculo formal de emprego passou de 28,7 milhões para 49,6 milhões. Em 2015, foi para 48,1 milhões, em 2015.

No primeiro governo Lula foram criados, em média, 1,2 milhão de empregos formais por ano. Isso é mais de duas vezes e meia a média do governo anterior. E, no segundo mandato de Lula, a média anual alcançou 1,6 milhão – mais de três vezes e meia a média de 1998 e 2002. Durante o primeiro governo Dilma, a média anual retorna aos parâmetros de 2003 e 2006. Mas, mesmo assim,

isso ainda é mais de duas vezes e meia a média alcançada no segundo governo FHC.

O crescimento da economia e a expressiva geração de empregos formais repercutiram na

**CONTRARIAMENTE
AO QUE DIZ A
NARRATIVA
ULTRALIBERAL,
OS AUMENTOS
DO MÍNIMO NÃO
INVIABILIZARAM
O MERCADO
DE TRABALHO**

queda da taxa de desemprego aberto, informalidade, número de desalentados – pessoas que desistiram de procurar empregos – e taxa de subutilização da mão de obra.

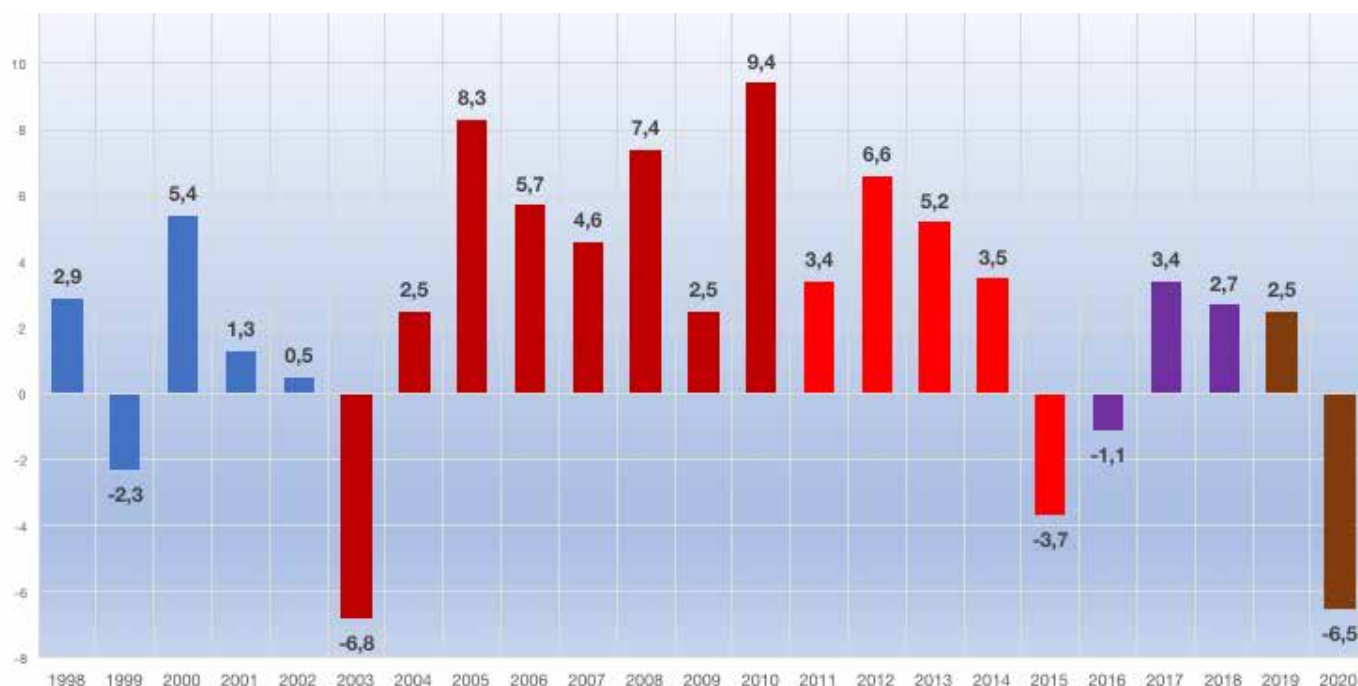
Contrariamente ao que diz a narrativa ultraliberal, os constantes aumentos do salário-mínimo não inviabilizaram o mercado de trabalho no Brasil. Pelo contrário, graças aos governos Lula e Dilma, houve a expansão do mercado interno de consumo de massas, garantindo sustentação do ciclo de crescimento.

Esse fato contraria a posição dos críticos mal-intencionados e oportunistas, que veem o crescimento como obra exclusiva da “bonança” trazida pelo “boom de commodities”. Os liberais do mercado fingem que não veem os impactos da crise financeira internacional de 2008-2009 sobre os governos petistas.

Como consequência da valorização do salário-mínimo, o custo da cesta básica, como proporção do salário-mínimo, caiu quase

Evolução anual da massa salarial real. Gráfico 3

Em porcentagem, com dados referentes a 1995 a 2020



Fonte: IBGE Gerson e SILVA DA CRUZ, Carlos A. Vinte e Cinco Anos de Economia Brasileira. Brasília: Centro de Altos Estudos Brasil Século XXI, maio de 2021.

pela metade entre 1995 e 2014, tanto em São Paulo, quanto em Fortaleza – gráfico 2.

A expansão e a formalização do emprego, o aumento e a democratização do crédito, os acréscimos nos rendimentos laborais, a valorização real do salário-mínimo e a redução do desemprego e da informalidade ampliaram a massa salarial. Isso trouxe reflexos positivos sobre a arrecadação tributária e, especialmente, no financiamento da Previdência e da Seguridade Social.

O gráfico 3 mostra que entre 2004 e 2014, a massa salarial brasileira cresceu a taxas anuais expressivas. O resultado de 2015 e 2016 reflete a tentativa frustrada de ajuste recessivo, fracasso impulsionado pelo golpismo.

Com a redução da informalidade no mercado de trabalho e a expansão do emprego e dos rendimentos dos assalariados, a taxa de cobertura previdenciária da população economicamente ativa – entre 16 e 59 anos –, que vinha declinando no período

1995-2002, aumentou significativamente entre 2003 e 2014.

No mesmo período, a arrecadação líquida da Previdência Social, a preços constantes, teve crescimento bruto de 154,6%.

**ENTRE 2004 E
2014, A MASSA
SALARIAL
BRASILEIRA
CRESCERAM A
TAXAS ANUAIS
EXPRESSIVAS.
DEPOIS, HOJE
A SABOTAGEM**

Em consequência, as necessidades de financiamento da previdência, apesar do expressivo aumento das despesas com benefícios previdenciários, se mantiveram dentro de limites razoáveis. Mais do que isso, no período 2008-2014 se situaram em um patamar inferior ao registrado em 2007, revertendo a trajetória expansionista inaugurada no governo FHC.

Assim se vê que, também nesse caso, não se sustenta a afirmação de que a “crise”, que teria sido gerada pelos governos do PT, teria sido, fundamentalmente, fruto da “irresponsabilidade fiscal”, como o arbítrio mais delirante nunca se cansa de repetir. •

* Doutor em Economia pela Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (CESIT-UNICAMP).

** Membro do Conselho do Centro de Altos Estudos do Brasil para o Século 21.

Foi funcionário de carreira da FAO e da CEPAL e assessor econômico no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

*** Professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON-UNICAMP)



MODELO Ministra do Trabalho da Espanha, Yolanda Díaz esteve reunida no início de abril com os dirigentes das centrais sindicais brasileiras na sede da Fundação Perseu Abramo para falar do acordo que permitiu a reforma

A REFORMA ESPANHOLA

Projeto, diálogo e compromisso. O caminho das mudanças trabalhistas na Espanha é uma experiência de diálogo social, que recupera para o campo político sua atividade essencial: a mediação do interesse público

Clemente Ganz Lúcio

A Espanha concluiu, em março de 2022, a implantação das mudanças do sistema de relações de trabalho e dos direitos laborais celebradas em um acordo social histórico. Isso ocorreu depois de nove meses de negociação tripartite envolvendo o governo espanhol, as entidades



sindicais – CCOO e UGT ± e empresariais – CEOE e CEPYME. O acordo foi transformado em lei pelo Congresso espanhol no início de fevereiro. Em 1º de abril, os presidentes das centrais sindicais brasileiras estiveram reunidos em São Paulo com a ministra do Trabalho e Economia Social da Espanha, Yolanda Díaz, e o secretário de Estado do Emprego e Economia Social, Joaquín Pérez

Rey. O evento foi promovido pela Fundação Perseu Abramo.

Yolanda Díaz destacou o processo para mudar a trajetória e o sentido da regulação do mundo do trabalho na Espanha. Depois de quatro décadas, mais de 50 iniciativas de reformas laborais foram adotadas para flexibilizar formas de contratação e jornada de trabalho, reduzir o poder de representação dos sindicatos e dos acordos setoriais, favorecendo contratos de curtíssima duração – menos de 7 dias – e a redução dos salários, sem diálogo com a

representação dos trabalhadores. O governo espanhol, desde 2019, vem atuando na construção e promoção das transformações.

Destaque-se que a base da mudança se assenta em uma política de desenvolvimento produtivo e socioambiental que tem o objetivo de gerar emprego de qualidade para todos, como elemento estruturante da política de incremento da produtividade de toda a economia. Aposta-se na relação virtuosa entre inovação, tecnologia e trabalho e na construção dos mecanismos de partilha dos ganhos econômicos alcançados, gerando crescimento da renda do trabalho, aumento da massa salarial e sustentação da demanda oriunda do consumo das famílias.

O fundamento considera que a produtividade, para além dos fatores tecnológicos e de inovação, entre outros, será incrementada pela qualidade das condições de trabalho que recepciona a força laboral mobilizada. Mas também pela segurança gerada vínculos laborais de prazo indeterminado, política de proteção dos empregos, investimento em formação profissional contínua, refletindo na segurança que trabalhadoras e trabalhadores terão para projetar seu futuro, organizar seu orçamento familiar e investir na educação dos filhos.

Para promover a partilha do resultado econômico do trabalho de todos, há que se ter sindicatos fortes, de ampla base de representação, com capacidade de construir acordos coletivos setoriais que sejam duradouros, renováveis, bem como promover proteção efetiva e plena para todos que estão inseridos em ocupações mediadas por novas tecnologias dos aplicativos e plataformas e para os que estão na

informalidade ou terceirizados.

O novo acordo é um marco do sistema de relações de trabalho e de direitos laborais espanhol. E tem sua história marcada e sustentada pelo diálogo social mobilizado pelo governo. Trata-se claramente de uma escolha política essencial: fazer transformações cujos conteúdos e trajetórias sejam fruto de uma construção coletiva e compartilhada entre os atores sociais, neste caso, empresários e trabalhadores.

O NOVO ACORDO É UM MARCO DO SISTEMA DE RELAÇÕES DE TRABALHO E DE DIREITOS LABORAIS ESPANHO, SUSTENTADA PELO DIÁLOGO SOCIAL

O governo fez uma escolha política que visa renovar e fortalecer a própria democracia e suas instituições e, com elas, construir vínculos de confiança para pactuar compromissos com a implementação das transformações enunciadas no projeto do governo e formuladas no espaço das diferenças e divergências entre interesses representados.

O método de concertação se assenta no princípio da lealdade com o espaço de diálogo e com

o reconhecimento e respeito pelo outro que é diferente e, por vezes, divergente. Metodologia de construção propositiva que tem como base o aporte do conhecimento técnico e científico, para compartilhar diagnósticos e formular prospecções e proposições, construindo pela mediação do debate político os campos de possibilidades para caminhos, objetivos e metas, para fazer escolhas e planejar o processo de construção econômico, social e político.

A escolha política do diálogo social como método contém a declaração de qual é a intenção do projeto do governo, bem como o convite para realizar um processo de construção conjunta.

A experiência espanhola de diálogo social recupera para o campo político sua atividade essencial de mediação de interesses, de maneira a alçá-los à conformação negociada do interesse coletivo e do bem comum.

Trata-se também de recolocar a democracia participativa no centro dinâmico da renovação da vida política e das suas instituições, afirmando sua finalidade de processar pactos capazes de firmar as regras do jogo social e das relações de produção econômica.

A Espanha recoloca o diálogo social como metodologia da política participativa que enuncia a escolha pela política da esperança e da construção, em contraposição à política do ódio e da destruição, que esperamos que fique no passado. Por incrível que pareça, essa é uma escolha que deveria ser óbvia, mas é relativamente escassa na história humana. •

* Professor universitário e sociólogo, foi diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

9 de abril de 1964

DITADURA RASGA A CONSTITUIÇÃO: AI-1

Na semana depois que os militares chegaram ao poder, após derrubarem o governo constitucional liderado por João Goular, os chefes militares decretaram o Ato Institucional Nº 1, revogando garantias democráticas estabelecidas na Constituição, em vigor desde 1946.

O AI-1, que seria o primeiro de uma série de decretos autoritários, instituiu o Comando Supremo da Revolução, formado pelos ministros militares que já vinham exercendo o poder: Arthur Costa e Silva (Guerra), Augusto Rademaker (Marinha) e Correia de Melo (Aeronáutica).

O AI-1 também suspendeu a imunidade parlamentar. A ditadura cassou mandatos e suspendeu por dez anos os direitos políticos de cem cidadãos. A primeira lista de cassações incluiu os ex-presidentes João Goulart e Jânio Quadros, os governadores Miguel Arraes e Seixas Dória, o então deputado Leonel Brizola, o líder das Ligas Camponesas Francisco Julião, o líder comunista Luís Carlos Prestes, o ex-ministro Celso Furtado e 40 deputados federais, além de sindicalistas, intelectuais e oficiais das Forças Armadas.

Os atingidos que não foram presos passaram para a clandestinidade ou buscaram asilo em embaixadas. Seriam os primeiros exilados do regime militar.



9 de abril de 1964

TROPAS INVADEM O CAMPUS DA UNB

Era a primeira semana pós-golpe de 1964. A chegada das tropas do Exército e da Polícia Militar de Minas Gerais em 14 ônibus pegou de surpresa o reitor da Universidade de Brasília (UnB), Anísio Teixeira, e o vice-reitor, Almir de Castro, no dia 9 de abril daquele ano. Começava a primeira de uma série de violências contra a instituição.

Os militares ocuparam o campus e revistaram estudantes em salas de aula atrás de armas e de "propaganda subversiva". Houve prisões e interrogatórios.

Biblioteca e salas dos professores ficaram interditadas por duas semanas. Teixeira e Castro foram demitidos.

Criada para ser a universidade de um novo Brasil, com um currículo aberto e professores vindos de vários países, a UnB foi duramente atingida pela ditadura, que perseguiu estudantes, professores e funcionários. Um de seus fundadores foi o antropólogo Darcy Ribeiro, que havia sido chefe do Gabinete Civil no governo de João Goulart – deposto no golpe.

Outras datas históricas

13/04/1885: Nasce György Lukács, filósofo marxista.

13/04/1915: Nascimento de Ana Montenegro, feminista, militante do PCB.

12/04/1942: Nasce Ellen Meiksins Wood, historiadora marxista contemporânea, teórica da esquerda.

11/04/1957: Nascimento de José Eduardo Dutra, ex-integrante do Diretório Nacional do PT por Sergipe. Ele seria presidente da

Petrobrás no governo Lula.

14/04/1961: Jânio Quadros cria o Parque Nacional do Xingu. Área em MT é vitória de antropólogos e visa a proteção indígena e ambiental.

14/04/1973: Ditadura militar proíbe revistas de sexo e de humor, mas também publicações estrangeiras, como as alemãs Stern e Der Spiegel.

06/04/1984: 3º Encontro Nacional do PT, em São Bernardo do Campo (SP).

11 de abril de 1964

MILITARES FAZEM EXPURGO NAS FFAA

O Ato Complementar nº 3 do Comando Supremo da Revolução expulsa das Forças Armadas 122 oficiais (77 do Exército, 14 da Marinha e 31 da Aeronáutica). Da primeira lista de cem cassações, divulgada dois dias antes, já faziam parte seis oficiais superiores que apoiavam o governo constitucional de João Goulart.

Centenas de marinheiros, praças, cabos e sargentos que participavam de associações profissionais e defendiam as Reformas de Base foram presos nas primeiras horas do golpe. A repressão aos democratas e legalistas, da base ao topo da hierarquia, fez dos militares o grupo mais numeroso de cidadãos perseguidos pelos golpistas de 1º de abril.

Levantamento do pesquisador Cláudio Beserra de Vasconcelos, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), mostra que entre 1964 e 1970 foram punidos pelo menos 1.487 militares: 53 oficiais-gerais, 274 oficiais superiores, 111 oficiais intermediários, 113 oficiais subalternos e 936 sargentos, suboficiais, cabos, marinheiros, soldados e taifeiros.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Os textos remetem a um calendário de eventos e personalidades da esquerda que é colaborativo e está em constante atualização.

Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br
memorialdademocracia.com.br



14 de abril de 1976

ASSASSINADA A ESTILISTA ZUZU ANGEL

Em 14 de abril de 1976, a estilista Zuzu Angel sofreu um acidente de carro na saída do túnel Dois Irmãos, no Rio de Janeiro, e morreu. Ela vinha denunciando o “desaparecimento” do filho, Stuart Edgar Angel Jones, militante do MR-8, pela ditadura militar.

A versão oficial é que Zuzu teria dormido ao volante. A estilista, porém, havia deixado uma declaração, escrita um ano antes, alertando: “Se eu aparecer morta, por acidente ou outro meio, terá sido obra dos assassinos do meu amado filho”.

A Embaixada dos EUA no Brasil considerou o acidente suspeito, conforme documento revelado pelo Wikileaks, em 2013. Investigações posteriores à redemocratização deixaram claro que se tratou de um atentado. O carro que ela dirigia foi abalroado por dois outros veículos.

Zuleika “Zuzu” Angel era uma estilista famosa desde os anos 1960. O filho Stuart, preso em 1971, foi torturado até a morte

por agentes do Centro de Informações da Aeronáutica, na Base Aérea do Galeão. Os agentes queriam que ele informasse o paradeiro de Carlos Lamarca. Stuart nada revelou.

Segundo relatos, o estudante então foi amarrado a um jipe militar e arrastado pela pista de pouso. Quando o jipe parava, os agentes levavam a boca do rapaz ao cano de descarga e o forçavam a respirar os gases do escapamento. Dois anos depois do desaparecimento de Stuart, esposa Sônia Maria de Moraes Angel Jones também foi assassinada e dada como “desaparecida”.

Inconformada com o silêncio da ditadura sobre a morte de ambos, Zuzu iniciou uma corajosa campanha de denúncia dentro e fora do país. Um ano após sua morte, Chico Buarque a homenageou na letra de “Angélica”, cantando: “Quem é essa mulher que canta sempre esse estribilho? Só queria embalar meu filho, que mora na escuridão do mar”.

CULTURA

NASCE A LENDA

Em março de 1962, saía o primeiro disco de Bob Dylan, que a crítica nunca considerou grande coisa. Apesar disso, o álbum homônimo é o marco da carreira do compositor, que em apenas um ano deixou a cena boêmia do Greenwich Village, em Nova York, para virar estrela e se estabelecer como o mais influente compositor do século 20

Olímpio Cruz Neto

Quando cheguei, o inverno estava de matar. O frio era brutal, e cada artéria da cidade estava entupida de neve, mas eu tinha vindo do norte enregelado, um cantinho da terra onde bosques sombrios congelados e estradas glaciais não me chateavam. Eu podia transcender as limitações. Não estava em busca de dinheiro nem de amor. Tinha um senso de percepção ampliado, estava firme no meu rumo; para completar, era inexperiente e visionário. Minha mente estava forte como uma armadilha, e eu não precisava de qualquer garantia. Não conhecia viva alma naquela metrópole sombria e enregelante, mas tudo estava prestes a mudar – e depressa”.

A introdução acima é de ninguém menos do que Bob Dylan. Ele chegou a Nova York numa terça-feira, em 24 de janeiro de 1961. Tinha 20 anos. Foi direto para o Greenwich Village, atraído pela atmosfera boêmia. Na primeira noite, vagou pela MacDougal Street até entrar no Café Wha? “O lugar era uma caverna subterrânea, não servia bebida alcoólica, mal-iluminado, teto baixo, como um salão de jantar amplo com cadeiras e

mesas. Abria ao meio dia, fechava às 4h da manhã”, descreve o poeta em seu livro de memórias “Crônicas – Volume 1”, lançado em 2004. “Alguém me disse para ir lá e procurar por um cantor chamado Freddy Neil, que comandava o show diurno do Wha?” Foi o que ele fez.

Ali, no Wha? e no bairro estudantil, o jovem e atrevido compositor moldaria em semanas sua persona artística, com muitas mentiras sobre si mesmo – parecia seu esporte favorito. Mentia como o poeta que finge sentir a dor porque é um fingidor. A jornalista e amigos daquela época disse que era filho de um electricista, que tinha cruzado os Estados Unidos em vagões de carga de trens, que tinha sido expulso de casa e não tinha notícias da família há muito tempo. Tudo mentira. Nascia Bob Dylan, obliterando o impetuoso Robert Zimmermann, filho de judeus de classe média na distante cidade de Duluth, no estado de Minnesota. Os avós tinham vindo de Odessa, na Rússia, no início do século 20.

O jovem parecia interessado em esconder o passado e se tornar outra pessoa. No domingo seguinte, no finalzinho daquele janeiro de 1961, e em diversas ocasiões, o rapaz visitaria o lendário Woody Guthrie, que estava internado no Hospital Psiquiátrico de

Greystone Park, para conhecê-lo. Era o seu grande herói. Nos anos 30 e 40, Guthrie havia cruzado a América empunhando apenas seu violão, com o célebre aviso – “a máquina de matar fascistas. A partir dali e nas próximas semanas, Dylan passaria a visitá-lo junto com outras pessoas que também celebravam a música folk do poeta e cantor, um dos grandes poetas que cantaram a América, a quem o rapaz passou a mimetizar de maneira quase obsessiva.

No Village, Dylan passou a interagir com outros cantores folk e era um observador atento da cena. Copiava descaradamente o que achava interessante. Chupou e absorveu tudo o que pode – até mesmo o jeito de interpretar a tradicional canção “House of Rising Sun”, “roubada” de Dave Van Ronk. Também mergulhou nas músicas folclóricas tradicionais do cancionário estadunidense.

Em 25 de outubro de 1961, o lendário produtor John Hammond – o homem que descobriu Billie Holiday e outras lendas do jazz, como Count Bassie e Benny Goodman, assinou com Dylan para a Columbia um contrato de cinco anos. Pouco mais de um mês depois, entraram no estúdio para gravar o primeiro álbum do jovem trovador. O disco, intitulado “Bob Dylan”, foi gravado em dois dias

e editado em apenas seis horas. Custou a bagatela de US\$ 402.

Dylan ainda não era um cara que confiava tanto assim no próprio taco. Tanto que só gravou duas de suas próprias canções – “Song for Woody” e “Talkin’ New York”. As duas haviam sido compostas ainda em 1961. Dylan escreveu “Song to Woody”, uma homenagem ao seu herói Woody Guthrie, apenas algumas semanas depois de chegar a Nova York. A canção foi escrita na farmácia da 8th Street”, disse ao *Sing Out!*, em 1962. “Foi um daqueles dias gelados que voltei do Sid and Bob Gleason’s em East Orange, Nova Jersey... Woody estava lá naquele dia e era uma noite de domingo de fevereiro... e eu pensei em Woody, eu me perguntei so-



bre ele”.

A letra é claramente um respeitoso tributo: “Hey, hey Woody Guthrie, eu li escrevi uma canção/ sobre um engraçado e antigo mundo em que

estou a passar./ Parece doente e esfomeado, cansado e rasgado,/ parece-me que está morrendo, mas que acabou de nascer./ Hey, Woody Guthrie, mas eu sei que isso você sabe/ tudo que estou dizendo e ainda muito e muitas vezes mais./ Estou cantando uma canção, mas não consigo cantar o suficiente,/ porque não existem muitos homens que fizeram as mesmas coisa que você”.

A outra canção de sua autoria conta os primeiros dias em Nova York: “Saindo do Oeste selvagem/ Deixando as cidades que mais

amo/ Pensei já ter visto de tudo/ Até entrar na cidade de Nova York/ Pessoas descendo pelo chão/ Edifícios indo até o céu./ Época de inverno em Nova York/ O vento soprando neve por todos os lados/ Caminhando sem ter para onde ir/ Alguém poderia congelar até os ossos/ Eu congelei até os ossos/ O *New York Times* disse que foi o inverno mais frio em 17 anos”.

Dezessete canções foram gravadas no estúdio, e cinco das faixas escolhidas do álbum foram cortadas – “Baby Let Me Follow You Down”, “In My Time of Dyin’”, “Gospel Plow”, “Highway 51 Blues” e “Freight Train Blues”. Durante as sessões, Dylan recusou pedidos para fazer outros takes das canções. “Eu disse que não. Não consigo me ver cantando a mesma música duas vezes seguidas. Isso é terrível”.

Lançado em 19 de março de 1962, o álbum de estréia mostra um jovem Zimmermann bochechudo e com cara infantil. O álbum vendeu apenas 5.000 cópias no primeiro ano, alcançando o 13º lugar no Reino Unido e absolutamente nenhum lugar nos Estados Unidos. Dylan era chamado de “a loucura de Hammond” por executivos da Columbia. Eles logo se arrependeriam.

Um mês depois que o álbum foi lançado, Hammond colocou Dylan novamente em estúdio para gravar outro disco: “*The Freewheelin’ Bob Dylan*”. Por longos cinco meses, o obstinado Robert Zimmermann passaria a compôr de maneira compulsiva algumas das grandes canções de todos os tempos. É neste segundo álbum do bardo que constam “Blowin’ in the wind”, “Masters of war”, “A Hard Rain’s A-Gonna Fall” e outros clássicos, que ainda assombam o ouvinte, 60 anos depois do início da carreira do músico, o único laureado com um Prêmio Nobel de Literatura. Mas aí já é outra história. •



UM DYLAN QUASE ARGENTINO

Em “Engenheiro Fantasma”, o poeta paulista Fabrício Corsaletti parte de um enigma para percorrer Buenos Aires como se fosse o cantor e compositor norte-americano



Bia Abramo

O Engenheiro Fantasma” inicia com uma espécie enigma: Fabrício Corsaletti conta um sonho no qual Bob Dylan, na verdade, teria fixado residência em Buenos Aires “trinta anos antes” para viver uma vida “pacata, ao mesmo tempo que não deixava de ser o autor de todas as canções que lhe renderam a glória”. O sonho leva o autor a sentar no computador e arriscar um soneto e assim prosseguir por mais nove dias, escrevendo sem parar até atingir a marca dos 56 sonetos.

É o que basta saber do prólogo para mergulhar nas páginas seguintes, onde os sonetos, forma meio esquecida, mas com métrica bastante rígida, vão se sucedendo, recontando os fragmentos dessa vida que Dylan teria escolhido em algum momento entre o final de 1980 e 1990.

Corsaletti, poeta & escritor, surgiu naquele bolo de escribas da chamada “geração 90” – paulista do interior, ele vive na cidade de São Paulo desde 1997 –, momento em que parecia relativamente fácil publicar, de forma independente ou não, e havia, por parte das editoras, uma tentativa real de descobrir novos talentos.

Uma parte razoável dessa geração não passou de um conto pu-

blicado em coletânea, um romance do qual todos os amigos em postos-chave do jornalismo cultural falaram bem ou um poema publicado em blog.

Corsaletti, no entanto, persistiu perseguindo a poesia que, num certo sentido, é o gênero literário aparentemente mais espontâneo e, ao mesmo tempo, o mais difícil. É preciso se afastar da espontaneidade para que cada poema não seja um amontoado de clichês, ou pior, de coisas já ditas por outros/as poetas.

A aposta deste “Engenheiro Fantasma” é bastante ousada: Bob Dylan teria, como morador de Buenos Aires, escrito por lá um volume intitulado “200 Sonnets”, que seria vendido pelas ruas da capital argentina em bancas de jornal e, portanto, esses 56 que Fabrício escreveu no ano em da pandemia quase como se fosse uma escrita automática ou de fluxo de consciência, de acordo com o prólogo, fariam parte dessa coletânea de 2000.

Contar mais do que isso é dar *spoiler* e tirar a graça de percorrer o olhar de Corsaletti tornado Dylan numa Buenos Aires literária, musical e mítica, no qual se misturam memórias inventadas de uma certa nostalgia dos Estados Unidos folk, aquele que formou o Bob Dylan real.

Imaginativos, vigorosos e en-

graçados, os versos plasmam essa vertigem real da criação artística, da certa embriaguez epifânica que faz da solidão do sujeito que percorre uma cidade nova com olhos velhos descobrir beleza em detalhes, em palavras novas, em línguas que ele não domina.

O que há de mais notável em “Engenheiro Fantasma” é o fato de que a forma do soneto, com métrica precisa e que data do século 14, se aproxima do esforço que as letras das canções tem de fazer para entrar no ritmo e na dinâmica do som.

Quando Dylan ganhou o Prêmio Nobel em 2016, o mundo da literatura ficou surpreso e chocado. O fato de ele não ter ido receber o prêmio foi considerado um ato de arrogância. Depois, muito cortesmente, mandou uma carta para a Academia Sueca agradecendo o prêmio, na qual ele afirma: “Nem uma vez eu tive tempo de me perguntar: ‘Minhas canções são literatura?’”

Num certo sentido, o que Fabrício Corsaletti, fã confesso do Dylan – compositor, poeta e escritor – é responder, com uma espécie de timidez sussurrante: “Putz, é tanta literatura que tive de inventar um duplo Dylan quase sul-americano para dar conta de todo esse amor.” Sim, porque todo poema é um canção desesperada de amor em suas múltiplas faces. •

TRIBUTO

LYGIA FAGUNDES TELLES, GIGANTE

Uma das primeiras escritoras brasileiras a abordar a sexualidade feminina a partir de uma perspectiva feminina, a escritora morre aos 103 anos, tendo escrito quatro romances e dezenas de contos

A escritora Lygia Fagundes Telles, uma das maiores estrelas da literatura brasileira, cujas histórias de mulheres presas em relacionamentos insatisfatórios também podiam ser lidas como alegorias da situação política do país, morreu no domingo em sua casa em São Paulo. Ela tinha 103 anos.

Em nota, a diretoria da Fundação Perseu Abramo lamentou profundamente a passagem da romancista, considera uma das mais destacadas escritoras do país. "A obra de Lygia apresenta um universo marcadamente feminino", diz a nota. "Comprometida em documentar a difícil condição de vida de uma sociedade frágil nos centros urbanos, ela escreveu sobre a história trágica do país, como se lê em 'As Meninas', cujo pano de fundo é a ditadura militar no Brasil".

Lygia foi uma das raras escritoras cuja obra atraiu tanto intelectuais quanto o público em geral. Formada como advogada, uma das seis mulheres em sua turma de mais de 100 alunos da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, ela tinha consciência de que era uma pioneira.

Apesar de seu sucesso literário,

ela continuou trabalhando como advogada no serviço público durante grande parte de sua carreira. Em um livro de memórias de 1980, "A Disciplina do Amor", Lygia lembrou que um dos primeiros críticos achou que suas histórias sofriam apenas pela falta de um "autor barbudo".

"Fiquei super feliz. Escrever um texto que merecesse sair da caneta de um homem, foi a melhor coisa para uma garota de gorro em 1944", apontou. "Trabalhei, estudei e escolhi duas vocações claramente masculinas: eu era uma feminista inconsciente, mas era uma feminista".

Na década de 1970, suas histórias criticavam indiretamente o regime militar do Brasil, que esteve no poder de 1964 a 1985. Seu conto "Seminário de Ratos" (1977), que imagina ratos e humanos trocando de lugar, era uma alegoria do Brasil sob a ditadura.

Seu romance mais famoso, "A menina da foto" (1973), conta a história de três jovens totalmente diferentes durante os anos mais repressivos do regime militar. Lygia inclui descrições gráficas da tortura oficialmente sancionada pelo regime, um assunto que parecia certo para assegurar sua

proibição pela censura. Mas, por uma reviravolta do destino, o censor aparentemente achou o livro tão chato que desistiu de ler antes de chegar a essa parte.

Em 1977, a Sra. Telles liderou uma delegação para apresentar ao ministro da Justiça do país um manifesto assinado por 1.000 importantes intelectuais brasileiros que pedia ao governo que afrouxasse as restrições à liberdade de expressão.

Lygia nasceu em São Paulo em 19 de abril de 1923, filha de Durval de Azevedo Fagundes, advogado, e Maria do Rosário Silva Jardim de Moura, pianista forçada pelo casamento a abandonar suas ambições. Ela se casou com o professor de direito Goffredo Telles Jr., em 1947. Divorciou-se em 1960 e casou-se com Paulo Emilio Sales Gomes, crítico de cinema, em 1963.

Os quatro romances e dezenas de contos de Telles lhe renderam diversos prêmios literários brasileiros. Em 1985, tornou-se a terceira mulher eleita para um assento na Academia Brasileira de Letras. Ganhou o Prêmio Camões, patrocinado pelos governos de Portugal e Brasil, em 2005 e foi indicada ao Prêmio Nobel de Literatura em 2016. •

BICENTENÁRIO

1822 2022



DUZENTOS ANOS DE LUTA
PELA INDEPENDÊNCIA



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

20
anos
20

Centro
Sérgio
Buarque
de Holanda
Documentação e
Memória Política
INSTITUÍDO EM 2001



**COMITÊ
POPULAR
DE LUTA**

Saiba como criar um comitê
pt.org.br